

10 O genocídio no Ruanda e suas repercussões

As tensões étnicas e os conflitos armados na região dos Grandes Lagos na África Central têm estado na origem de múltiplas deslocações humanas. Os moldes em que decorreram os acontecimentos nos últimos 50 anos têm raízes históricas longínquas, mas é também uma história de diversas oportunidades perdidas por parte dos intervenientes locais e da comunidade internacional em geral. A incapacidade de encontrar soluções equitativas para males antigos leva, frequentemente, a que violência e o derramamento de sangue ressurgam, anos ou décadas depois, numa escala ainda maior.

A crise de 1959-63 no Ruanda [ver Capítulo 2] deixou em todos os países vizinhos a presença dos refugiados tutsi. Negada a possibilidade do seu repatriamento nas três décadas que se seguiram, os refugiados, mantiveram, mesmo assim, laços com os tutsi no Ruanda. No final dos anos 80, os exilados tutsi no Uganda incorporaram as forças do Exército de Resistência Nacional (NRA), de Yoweri Museveni, contra o regime de Milton Obote. Quando o NRA chegou ao poder, estes tutsi, que integravam agora as forças armadas ugandesas, criaram a Frente Patriótica Ruandesa (*Front Patriotique Rwandaise* -FPR) e começaram a preparar militarmente a retomada do poder.

A FPR atacou o Ruanda em 1990. O conflito armado decorrente e as pressões políticas internas levaram ao Acordo de Arusha de Agosto de 1993 para a partilha do poder, embora este acordo nunca tenha sido de facto aplicado. As tensões entre os hutu e os tutsi cresceram vertiginosamente após o assassinio do Presidente do Burundi, Melchior Ndadaye, um hutu, em Outubro de 1993, seguido de um morticínio de tutsi no Burundi e, depois, de hutu. No dia 6 de Abril de 1994, a morte dos Presidentes Juvenal Habyarimana do Ruanda e Cyprien Ntaryamira do Burundi num inexplicável acidente de avião, quando este se aproximava da capital do Ruanda, Kigali, foi usado pelos extremistas hutu como pretexto para tomar o poder no Ruanda e atacar a população tutsi e os hutu moderados.

No genocídio que se seguiu, entre Abril e Julho de 1994, foram mortas aproximadamente 800.000 pessoas. A *United Nations Assistance Mission to Rwanda* (UNAMIR), uma força multinacional de manutenção da paz, foi destacada em Outubro de 1993, com um mandato restrito para ajudar as partes envolvidas a aplicar o Acordo de Arusha, mas o grosso do contingente retirou-se logo após a eclosão da violência. As Nações Unidas, num relatório publicado em Dezembro de 1999, analisam a situação e reconhecem que a organização e a comunidade internacional foram incapazes de proteger a população civil do genocídio.¹

Rapidamente, as forças da FPR no Ruanda tomaram o controlo de Kigali e, numa questão de semanas, da maior parte do país. Era agora a vez dos hutu fugirem. Foi o que fizeram mais de dois milhões, procurando refúgio nos mesmos países para onde tinham sido obrigados a fugir os tutsi há cerca de 30 anos. Na falta de uma acção política con-

Refugiados ruandeses fugindo em direcção a Goma, no Zaire oriental. Estes refugiados fazem parte dos 1,2 milhões de ruandeses que fugiram para o Zaire entre Abril e Agosto de 1994. (ACNUR/J. STJERNEKLAR/1994)

certada da comunidade internacional e perante uma manipulação sem escrúpulos da população refugiada, o ACNUR e outras organizações humanitárias viram-se confrontadas com alguns dos dilemas mais trágicos da sua história.

O genocídio ruandês espoletou reacções em cadeia que ainda não terminaram: o êxodo dos hutu ruandeses, seguido do colapso do regime do Presidente Mobutu Sese Seko e da guerra civil no Zaire (rebaptizado República Democrática do Congo em Maio de 1997), que ainda persiste. Esta guerra chegou a envolver diversos Estados africanos, muitos militarmente, e está relacionada com outras guerras em curso em Angola, no Burundi e no Sudão.

O êxodo maciço do Ruanda

O genocídio de 1994 e a destituição do governo criminoso pela FPR, no mesmo ano, provocou o êxodo maciço do país de mais de dois milhões de pessoas.² Este êxodo, contudo, não foi espontâneo, foi motivado, em parte, pelo desejo de escapar ao reinício dos combates e, também, pelo medo de represálias por parte das forças da FPR. Foi ainda produto de um pânico cuidadosamente orquestrado pelo regime deposto, na esperança de esvaziar o país o mais possível da sua população e servir-se dela como escudo humano. No final de Agosto de 1994, o ACNUR estimava em mais de dois milhões o número de refugiados nos países vizinhos, nomeadamente cerca de 1,2 milhões no Zaire, 580.000 na Tanzânia, 270.000 no Burundi e 10.000 no Uganda.³

Os grandes campos de refugiados em Goma, nas províncias do Kivu na parte oriental do Zaire, situavam-se perto da fronteira com o Ruanda. Rapidamente se tornaram a principal base das Forças Armadas Ruandesas (FAR) derrotadas e dos membros das milícias hutu, Interahamwe. Em termos colectivos, estes grupos eram muitas vezes apelidados de *génocidaires*. Tornaram-se também a principal base das acções militares contra o novo governo em Kigali. Desde o início que os refugiados eram reféns políticos do antigo governo do Ruanda e do seu exército, as ex-FAR, que exercia abertamente o seu controlo nos campos, sobretudo em redor de Goma. Isto criava graves problemas de segurança aos refugiados e grandes dilemas ao ACNUR quanto à sua missão de protecção.

No final de 1994, o preço da crise no Ruanda em termos humanos contabilizava-se em milhões. Além das 800.000 vítimas do genocídio e dos dois milhões de refugiados fora do Ruanda, cerca de 1,5 milhões de pessoas encontravam-se deslocadas internamente. De uma população de sete milhões, mais de metade fora directamente afectada. Estava então montado o cenário para um novo acto da tragédia ruandesa.

Os campos de refugiados, sobretudo os situados na parte oriental do Zaire, encontravam-se na mais completa desordem. Em Julho de 1994, a Alta Comissária Sadako Ogata descreveu a situação nos seguintes termos:

Com uma topografia vulcânica rochosa, esta região, já densamente povoada, é particularmente inadequada para instalar os campos de refugiados. Os recursos hídricos são manifestamente escassos e as infra-estruturas locais capazes de suportar uma operação humanitária de grande envergadura são praticamente inexistentes.⁴

Em Julho de 1994, a cólera e outras doenças surgem, dizimando dezenas de milhares de pessoas antes da situação estar controlada.⁵ Os campos de Goma foram os que mais

sofreram. Vivia ali cerca de um milhão de refugiados, repartidos inicialmente em três grandes acampamentos. Existiam muitos outros problemas. Estavam longe da capital Kinshasa e a autoridade do governo central zaireense na parte oriental do Zaire era fraca. Os *génocidaires* ruandeses tinham aliados na administração local dos Kivus e os oficiais da ex-FAR detinham o controlo completo dos campos, sem que os trabalhadores humanitários a isso se pudessem opor. Em Goma, as tendas estavam agrupadas por *secteur*, *commune* e *sous-préfecture*, espelho da organização administrativa do país de onde os refugiados tinham saído. Os antigos líderes do Ruanda estavam lá e formavam uma espécie de governo no exílio. Os oficiais de alta patente da ex-FAR foram transferidos para um campo separado e os soldados aconselhados a despir os uniformes, mas a população continuava ainda, nitidamente, sob o seu controlo e o da Interahamwe. Em Kivu Sul, as condições de vida dos refugiados eram melhores: eram menos numerosos e os campos eram mais pequenos, mas estavam também infiltrados de elementos armados. Só na Tanzânia é que as autoridades conseguiram desarmá-los e exercer algum controlo sobre os campos de refugiados.

Após o genocídio no Ruanda em 1994, cerca de 250.000 ruandeses afluíram à Tanzânia no espaço de vinte e quatro horas. (ACNUR/P. MOUMTZIS/1994)



Caixa 10.1

O problema da militarização dos campos de refugiados

Entre 1994 e 1996, o domínio dos campos de refugiados ruandeses no Zaire Oriental por parte dos grupos hutu (Interhamwe) despertou a atenção da comunidade internacional para o problema da militarização dos campos de refugiados. Contudo, a presença de elementos armados nos campos de refugiados não era um fenómeno novo. Podem citar-se numerosos exemplos.

Durante os anos 70, os campos para os refugiados sul-africanos em Moçambique e na Tanzânia eram controlados por elementos da ala militar do Congresso Nacional Africano (ANC) e do Congresso Pan-Africanista sendo, conseqüentemente, alvo de incursões e bombardeamentos aéreos por parte das forças armadas sul-africanas. De igual modo, em Angola, os campos de refugiados namibianos geridos pelo movimento de libertação namibiano, *South West Africa People's Organization* - SWAPO, eram atacados pela força aérea sul-africana. Na Zâmbia e em Moçambique, os campos para os refugiados da guerra na então Rodésia eram controlados pelos movimentos de libertação zimbábueanos e atacados pelas forças governamentais rodésianas.

Durante os anos 80, houve muitos outros exemplos de campos em que os elementos armados não se distinguiram facilmente da população civil. No princípio dos anos 80, os cambodjanos que fugiam da guerra civil e da invasão pelo Vietname refugiaram-se nos campos fronteiriços controlados pelos Khmeres Vermelhos e por outras facções armadas. Em virtude das actividades militares na fronteira tailandesa, os campos tiveram de ser transferidos numerosas vezes, criando problemas adicionais às organizações internacionais que procuravam

prestar assistência aos refugiados no interior dos campos. No Paquistão, em meados dos anos 80, as aldeias de refugiados afegãos perto da fronteira albergavam tanques e artilharia pesada, bem como combatentes mujahedin envolvidos activamente no conflito contra o regime afegão associado à URSS. No sudoeste da Etiópia, os rebeldes sudaneses do sul serviam-se dos campos de refugiados como bases de retaguarda. Nas Honduras, os guerrilheiros salvadoreños operavam a partir dos campos de refugiados e os “contras” nicaraguenses faziam o mesmo a partir de zonas onde se encontravam os refugiados.

No decurso dos anos 90, o problema da militarização dos campos de refugiados mantinha-se em várias regiões do globo. Na África Ocidental, por exemplo, as zonas de instalação dos refugiados eram frequentemente os locais privilegiados para o recrutamento das milícias e o movimento de milícias entre a Serra Leoa e a Libéria agravaram muitas vezes os conflitos entre os dois países e comprometeram a segurança da população refugiada. Em 1998-99, os campos e acampamentos de refugiados na Albânia foram utilizados etapas para o Exército de Libertação do Kosovo. Em Timor Ocidental, os campos para os refugiados que fogem da violência em Timor Leste funcionam como uma refúgio seguro para as milícias armadas. No Burundi, os grupos rebeldes têm usado as regiões tanzanianas povoadas de refugiados para recrutarem os membros e canalizarem recursos.

Em todos estes casos, a presença de elementos armados entre as populações refugiadas tem exposto os civis a riscos acrescidos. Têm sido objecto de intimidação, hostilização

e recrutamento forçado por parte dos grupos armados. A sua presença tem-nas também exposto a ataques armados contra os campos e acampamentos pela infiltração das forças inimigas, minagem dos terrenos onde vivem, raptos e assassínios. A presença de elementos armados nos campos tem também criado problemas de segurança aos trabalhadores humanitários e enfraquecido a credibilidade das organizações humanitárias como o ACNUR.

Garantir a segurança dos refugiados

Confrontado com este problema, o ACNUR tem multiplicado esforços, ano após ano, para encontrar os meios de preservar o carácter civil e humanitário dos campos de refugiados. Mas o problema é complexo e o ACNUR não está mandatado nem tem capacidade para proceder à desmilitarização dos campos e instalações de refugiados.

Nos termos do direito internacional de refugiados, a responsabilidade pela segurança dos campos de refugiados incumbe, em primeira instância, ao país de acolhimento. Todavia, em muitos casos, os governos revelam-se incapazes ou não estão dispostos a impedir a militarização. Ainda que, em determinados casos, as autoridades do país de acolhimento efectuem uma triagem inicial e desarmem os refugiados nos postos fronteiriços, estas medidas nem sempre são eficazes e, em situações de influxo maciço, muitas vezes não são possíveis. Além disso, a menos que os combatentes estejam dispostos a entregar as armas, é praticamente impossível para os funcionários sem armas nas fronteiras ou para o pessoal do ACNUR, responsáveis pela protecção, procederem ao seu desarmamento.

Uma vez que os combatentes armados se encontrem misturados com as populações civis refugiadas, a triagem e separação dos mesmos é manifestamente difícil. Quando se verifica resistência ao desarmamento, este só é possível através da intervenção de uma força militar fortemente armada. Mas, mesmo militares bem treinados e equipados recusam-se muitas vezes a participar nesta tarefa, como aconteceu nos campos de refugiados ruandeses no Zaire Oriental, quando o ACNUR, por intermédio do Secretário-Geral da ONU, pediu repetidamente aos Estados para ajudarem a separar os elementos armados das populações civis. Nenhum governo se disponibilizou para enviar forças exteriores militares ou policiais para ajudarem nesta tarefa. Por isso, o ACNUR acabaria por remunerar e equipar um contingente especial zairense, recrutado entre a guarda presidencial, para estabelecer a lei e a ordem nos campos.

O Artigo II.6 da Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA) de 1969 prevê: “Por razões de segurança, os Estados de asilo deverão, na medida do possível, instalar os refugiados a uma distância razoável da fronteira do seu país de origem.” [ver Caixa 2.3]. Embora a distância real não esteja especificada na Convenção da OUA e, apesar da Convenção de 1951 não conter qualquer disposição quanto à distância a que os campos de refugiados devem ficar das fronteiras, o ACNUR procurou por diversas vezes assegurar que os campos de refugiados ficassem localizados a uma “distância razoável” das fronteiras internacionais. Todavia, isto pode ser difícil de conseguir por diversas razões. Os refugiados criam espontaneamente campos nas proximidades das fronteiras para facilitar o

seu regresso ou para acompanhar a situação na sua região de origem. É de esperar que se mostrem relutantes à transferência. As mudanças são operações complexas e dispendiosas. Muitas vezes, os governos de acolhimento preferem manter os campos perto da fronteira na esperança de que isso favoreça o regresso.

Alguns sugerem que os campos militarizados deveriam ser retirados da categoria protegida de “campos de refugiados” e que o ACNUR deveria deixar de lhes prestar os seus serviços. Mas trata-se de uma decisão difícil de tomar quando esses campos continuam a abrigar um número substancial de refugiados *bona fide*. O ACNUR tem muitas vezes evitado operar em determinados campos em virtude da sua natureza militarizada. Noutras situações, como nos campos de Goma para os ruandeses no Zaire Oriental, o ACNUR manteve a sua presença apesar da militarização por considerar que a sua retirada iria colocar em muito maior risco os refugiados.

Ao longo destes últimos anos, o ACNUR tem feito várias tentativas inovadoras para melhorar a segurança nos campos e outras instalações de refugiados e para preservar o seu carácter civil. Por exemplo, em 1999, nos campos dos kosovares albaneses na antiga República Jugoslava da Macedónia, o ACNUR procedeu ao destacamento de conselheiros policiais internacionais para melhorar a segurança e o cumprimento da lei nos campos de refugiados. Também em 1998, nos campos de refugiados burundeses na Tanzânia, o ACNUR financiou cerca de 270 agentes policiais tanzanianos cuja tarefa era melhorar a segurança dos refugiados e ajudar a garantir o carácter civil e humanitário dos campos.

Em conformidade com estas novas iniciativas, a Alta Comissária Sadako Ogata propôs recentemente uma “escala de opções” para resolver os problemas de segurança nos campos, com opções “suaves”, “médias” e “duras”. Estas opções incluem medidas que visam assegurar a lei e a ordem, como programas de formação e capacitação dos polícias nacionais para gerirem a questão da segurança nos campos de refugiados, o destacamento de conselheiros internacionais da polícia e, em último recurso, o destacamento de forças militares. Mas o êxito de todas estas tentativas para melhorar a situação depende da vontade política dos Estados, em particular dos Estados de acolhimento e de outros Estados na região. O problema persistirá e a segurança dos refugiados continuará a estar ameaçada se os governos de acolhimento, e outros intervenientes, não tomarem medidas para impedir activamente a militarização dos campos de refugiados.

Populações refugiadas ruandesa e burundesa 1993–99

Figura 10.1

<i>País de asilo</i>	População ruandesa refugiada						
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Burundi	245.500	278.100	153.000	720	2.000	2.000	1.300
R. D. Congo (ex-Zaire)	53.500	1.252.800	1.100.600	423.600	37.000	35.000	33.000
Tanzânia	51.900	626.200	548.000	20.000	410	4.800	20.100
Uganda	97.000	97.000	6.500	11.200	12.200	7.500	8.000
<i>Total</i>	447.900	2.254.100	1.808.100	455.520	51.610	49.300	62.400

<i>País de asilo</i>	População burundesa refugiada						
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
R. D. Congo (ex-Zaire)	176.400	180.100	117.900	30.200	47.000	20.000	19.200
Ruanda	250.000	6.000	3.200	9.600	6.900	1.400	1.400
Tanzânia	444.900	202.700	227.200	385.500	459.400	473.800	499.000
<i>Total</i>	871.300	388.800	348.300	425.300	513.300	495.200	519.600

Nota: em 31 de Dezembro de cada ano.

Nos primeiros dias da crise, os trabalhadores humanitários cooperavam com estas autoridades militares e com os chefes das milícias Interahamwe. A estrutura administrativa por eles criada era a forma mais rápida e, aparentemente, a mais eficaz, para se proceder à entrega dos produtos da ajuda de emergência. Este sistema de distribuição foi desde logo alterado para assegurar que a comida e outros produtos da assistência fossem distribuídos directamente aos refugiados. Mas, é pertinente a crítica de que os *génocidaires* se serviram das organizações humanitárias para reforçarem as suas posições junto dos refugiados.

Nos primeiros dias, os dirigentes dos campos controlavam a distribuição da comida e de outros produtos da assistência de emergência. Porém, rapidamente se tornara evidente que isso não constituía a sua principal fonte de apoio. Era gerindo a economia dos campos que arrecadavam recursos mais substanciais, com o controlo do comércio de retalho e a cobrança de taxas junto da população residente, especialmente dos empregados das organizações humanitárias que auferiam salários regulares. Os campos de refugiados em Goma representavam um microcosmo do Ruanda antes de 1994 e constituíam uma ameaça militar para o novo governo do Ruanda. Os dirigentes trouxeram também com eles as reservas do Banco do Ruanda e a maior parte da frota dos transportes públicos.

Nos finais de Agosto, a Alta Comissária dirigiu-se ao Secretário-Geral da ONU, solicitando uma série de medidas de emergência, dado que as autoridades zaienses não conseguiam agir convenientemente. Estas medidas contemplavam quatro elementos

essenciais: primeiro, o “desarmamento total das tropas ex-FAR, a recolha de todo o armamento e equipamento militar, concentrando-os num local seguro, longe da fronteira”; segundo, o “isolamento e neutralização dos líderes civis”; terceiro, a “instauração de um mecanismo para se ocupar dos autores de crimes”; e, quarto, a “manutenção da lei e da ordem nos campos com a ajuda de uma força policial”.⁶ Mas, os membros do Conselho de Segurança e outros Estados não sustentaram estas medidas e as organizações humanitárias a trabalhar nos campos ficam impotentes. Aproximava-se uma nova catástrofe.

A comunidade internacional indecisa

O novo governo do Ruanda era extremamente crítico em relação à situação nos campos e pediu repetidamente o repatriamento imediato dos refugiados ou a sua transferência para longe das fronteiras, no interior do Zaire. Mas isto era mais fácil de dizer do que concretizar. Os zairenses eram manifestamente contrários à presença dos refugiados e, num ambiente político cada vez mais instável no Zaire, essa oposição podia degenerar em violência a qualquer momento. Logo após o êxodo, num memorando enviado ao ACNUR, as forças políticas da oposição zairenses ameaçavam com a violência e afirmavam que os refugiados:

destruíram as nossas reservas alimentares, destruíram os nossos campos, o nosso gado, os nossos parques naturais, provocaram a fome e propagaram epidemias, e ainda.... beneficiam de uma ajuda alimentar, enquanto nós não temos nada. Vendem ou oferecem armas aos seus compatriotas, assassinam os tutsi e os zairenses... É preciso desarmá-los, recenseá-los, submetê-los às leis zairenses e, por fim, repatriá-los.⁷

Contudo, para o frágil governo de Kinshasa, os refugiados constituíam de facto uma força por procuração, útil para ajudar a reaver o controlo das províncias orientais. Para o Presidente Mobutu, a questão dos refugiados desviava a atenção da má governação do país e, deste modo, oferecia-lhe a possibilidade de readquirir a estatura internacional que tinha perdido com o fim da Guerra Fria.

Refugiados ruandeses na região dos Grandes Lagos, finais de Agosto de 1994

Figura 10.2

Local

Norte do Burundi	270.000
Tanzânia Ocidental	577.000
Sudoeste do Uganda	10.000
Zaire (Goma)	850.000
Zaire (Bukavu)	332.000
Zaire (Uvira)	62.000
Total	2.101.000

Os países doadores ocidentais envolvidos no esforço de assistência aos refugiados estavam divididos. Os seus representantes, nas deslocações a Kinshasa, pediam regularmente ao Presidente Mobutu para negociar com as várias forças envolvidas, mas não se mencionava nunca quem estaria envolvido nas conversações e o que é que seria negociado. Evocava-se a ideia do repatriamento dos refugiados, mas nenhum governo doador a apoiava suficientemente, assumindo politicamente os riscos para que a ideia vingasse. O sentimento de culpa do Ocidente face à inércia das Nações Unidas perante o genocídio complicava os interesses económicos e políticos na região. Daí decorre a incoerência ao nível político.

O governo zaireense, responsável (no papel) pelo bem-estar dos refugiados, estava à beira do colapso iminente e os membros do governo contradiziam-se uns aos outros. O novo governo do Ruanda também demonstrava uma atitude ambígua. Oficialmente, os

O campo de Kibeho para deslocados ruandeses hutu no sudoeste do Ruanda que iria ser palco dos massacres em massa em Abril de 1995. (S. SALGADO/1994)



Caixa 10.2 Os refugiados e a pandemia de SIDA

No final de 1999, estimava-se em 32 milhões o número de adultos em todo o mundo que contraíram o vírus HIV ou a SIDA. Além disso, cerca de 11 milhões de crianças estavam infectadas com HIV ou tinham ficado órfãs devido à doença. A SIDA tem contribuído para as crises políticas e socioeconómicas em muitos países em vias de desenvolvimento. O problema encontra-se agora entre os tópicos mais urgentes da agenda das Nações Unidas e já foi levado ao Conselho de Segurança da ONU.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, descreveu o impacto da SIDA em África como "não menos destrutivo do que a própria guerra. Apesar de não conhecer fronteiras, a SIDA tem sido particularmente devastadora em África. A África Subsaariana, pátria de apenas 10% da população mundial, abriga perto de 70% da população mundial seropositiva. Em alguns desses países, uma em cada quatro pessoas está infectada.

Os movimentos forçados de população colocam muitas vezes as pessoas em maior risco de contaminação. O HIV propaga-se mais facilmente no meio da pobreza, da impotência, da ausência de lei e da instabilidade social - condições que, frequentemente, geram ou acompanham as deslocamentos forçados. As violações e outras formas de abuso sexual ou de violência relacionada com o sexo perpetradas por soldados ou forças paramilitares tornam-se muitas vezes armas de guerra e táticas de terror.

Ao responder às necessidades de saúde dos refugiados, o ACNUR e os seus parceiros têm cada vez mais tentado adoptar abordagens globais que integrem as questões da saúde reprodutiva, nomeadamente da prevenção e tratamento do HIV/SIDA. A crise de refugiados de 1994 na região dos Grandes Lagos de África obrigou a comunidade internacional a tomar consciência da necessidade de aplicar uma política de prevenção e de tratamento do HIV. Com efeito, esta crise envolveu um vasto movimento de pessoas com uma elevada taxa de infecção de HIV, procurando refúgio em países também fustigados pela SIDA.

As estratégias para reduzir a transmissão do vírus são bem conhecidas, embora sejam manifestamente difíceis de implementar, na medida em que tocam aspectos sensíveis da vida privada, assim como em crenças e comportamentos culturais. Compreendem a qualidade da higiene, a segurança das transfusões de sangue, o uso de preservativos, a prevenção e o tratamento das doenças sexualmente transmissíveis, uma informação culturalmente adaptada e uma educação particularmente bem direccionada.

Ao longo dos anos 90, foram tomadas importantes iniciativas para que a saúde reprodutiva e o HIV/SIDA se inscrevessem entre as prioridades mundiais. No seguimento da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre a População e o Desenvolvimento no Cairo, em 1994, a comunidade internacional acabou por reconhecer que a saúde reprodutiva é um direito fundamental, ainda que se mantenham polémicas as formas de que se reveste essa assistência. A conferência concordou que deveria "ser acessível a todos, inclusive a migrantes e refugiados, em pleno respeito pelos seus valores religiosos e étnicos e os seus antecedentes culturais, e em conformidade com os direitos humanos internacionais universalmente reconhecidos". Em 1995, na Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres de Pequim realçou-se novamente o direito das mulheres à escolha e decisão livre e responsável da sua sexualidade, sem estarem sujeitas a coacção, discriminação ou violência.

O Programa das Nações Unidas sobre a SIDA (UNAIDS) foi criado em 1996 para coordenar a abordagem da ONU face à pandemia de SIDA, documentar a sua evolução e promover uma resposta universal e economicamente viável. As organizações humanitárias da ONU, as organizações não governamentais e alguns governos têm colaborado no sentido de reforçar os serviços de saúde reprodutiva destinados aos refugiados e comunidades afins. O manual inter-agências sobre *Reproductive Health in Refugee Situations*, distribuído no terreno em 1999, e a concepção de *kits* de saúde reprodutiva pelo Fundo das

Nações Unidas para a População (FNUAP) são algumas das medidas tomadas no quadro deste processo.

Embora haja aqui estratégias claras para reduzir a transmissão do HIV, existem importantes obstáculos a ultrapassar antes de pôr em prática os programas de prevenção e tratamento do HIV. Em muitos dos locais onde vivem os refugiados, especialmente em África, os programas nacionais de controlo da SIDA são insuficientes. As populações locais têm apenas um acesso limitado a cuidados primários de saúde e a maioria não tem qualquer acesso aos medicamentos para tratamento do HIV/SIDA, eficazes, mas extremamente dispendiosos. Prestar esses serviços aos refugiados, mas não às populações locais, pouco serviria para evitar a proliferação da pandemia.

Uma resposta efectiva à natureza complexa do HIV e da SIDA exige recursos humanos, materiais e financeiros, assim como meios técnicos, fora do alcance de muitas organizações humanitárias. Exige também uma abordagem multisectorial envolvendo não apenas a saúde, mas também questões económicas e sociais, os direitos humanos e questões jurídicas. As mulheres, nomeadamente as mulheres refugiadas, encontram-se muitas vezes particularmente expostas à ameaça do HIV/SIDA e, em muitos casos, não possuem meios de influenciar o comportamento dos seus parceiros, tendo em conta os hábitos culturais e outros.

Os estigmas habitualmente ligados à SIDA podem levar os indivíduos infectados a não procurarem tratamento e podem levar as autoridades locais a não fazerem o necessário para lhes dispensarem os cuidados necessários. Os refugiados, que caem numa categoria distinta e cuja presença é vista, por vezes, com ressentimento pela população local, podem facilmente ser objecto de discriminação devido à ideia estereotipada de que "os refugiados trazem a SIDA". O ACNUR está particularmente preocupado pelo facto de, por vezes, ser recusada a reinstalação e negado o asilo ou o repatriamento aos refugiados seropositivos.

seus representantes insistiam na importância do regresso rápido dos refugiados, mas as iniciativas tomadas pelas organizações humanitárias no sentido de acelerar o regresso eram, invariavelmente, frustradas.

Para o ACNUR, os problemas eram urgentes e concretos, mas a sua resolução era impedida, a cada passo, pela instabilidade militar crescente na região. Goma não é mais um local de refúgio, mas uma zona de guerra de fraca intensidade. Um funcionário do ACNUR a trabalhar em Goma escreveu: “Nem o nosso mandato, nem os meios postos à nossa disposição estão à altura desta crise regional.”⁸

A escalada do conflito no Zaire Oriental

Desde o início de 1995, os grupos militares ruandeses no Zaire Oriental, principalmente as antigas FAR, lançaram uma série de ataques transfronteiriços contra o Ruanda. Depois, o RPA ripostou em solo zairense, atacando o campo de Birava no dia 11 de Abril e o de Mugunga a 26 de Abril, matando 33 pessoas. O ACNUR encontrava-se no meio do conflito entre os dois exércitos ruandeses. No Zaire, as ex-FAR eram rearmadas e treinadas com o apoio do Presidente Mobutu. As armas ligeiras, baratas, provenientes dos antigos países comunistas da Europa de Leste também contribuíram para o rearmamento dos antigos *génocidaires*.⁹ Cada vez mais, as ex-FAR e as milícias estavam em posição de usar os campos de refugiados como manancial de recrutamento e bases de retaguarda para a infiltração no Ruanda.

Entretanto, no Ruanda, a situação política tinha-se deteriorado. No campo de Kibeho no sudoeste do Ruanda, milhares de hutu, deslocados internamente, foram mortos pelas forças da FPR, em Abril de 1995. Entre Julho e Agosto de 1994, o campo de Kibeho fazia parte de uma “zona de protecção humanitária” autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e estabelecida pelas forças militares multinacionais lideradas pelos franceses no quadro da “Operação Turquesa”.¹⁰ Em Agosto de 1995, a FPR marginalizara do seu executivo os membros mais independentes e o Primeiro-Ministro Faustin Twagiramungu, o Ministro do Interior Seth Sendashonga e o Ministro da Justiça Alphonse-Marie Nkubito foram obrigados a demitir-se. A ameaça militar das tropas da ex-FAR a operar a partir dos campos de refugiados no Zaire torna-se a principal preocupação do novo executivo.

O ACNUR lançou repetidos apelos ao Conselho de Segurança para que tomasse medidas no sentido de garantir o carácter civil e humanitário dos campos de refugiados. A Alta Comissária requereu “um contingente multinacional composto por polícias provenientes dos países africanos de língua francesa e, eventualmente, do Canadá, apoio logístico em transporte e equipamentos de países não africanos e apoio financeiro dos outros países”¹¹ Mas nada disto teria seguimento. A maior parte dos países doadores estava alarmada com a instabilidade da região e recua perante os custos elevados de um destacamento de tropas. A indecisão no seio do Conselho de Segurança impediu ainda mais que a situação fosse atacada de forma séria.

O ACNUR lançou mão aos recursos existentes no país de acolhimento. Uma força de 1.500 homens, o Contingente Zairense para a Segurança nos Campos foi especialmente recrutada entre os membros da “Division spéciale présidentielle” do Presidente Mobutu. Esta força, paga e reequipada pelo ACNUR, integrava conselheiros internacionais da Holanda e de vários países da África Ocidental. Entrou em acção no princípio de 1995, com uma razoável

eficácia, para surpresa de alguns observadores mais cépticos. Embora o seu mandato não abrangesse a segurança nas fronteiras, imprimiu alguma paz e ordem nos campos de refugiados, chegando mesmo a enfraquecer a autoridade dos líderes dos refugiados, aumentando assim as hipóteses de repatriamento para estes últimos.

Apesar de um arranque promissor, o Contingente Zaireense acabou por se revelar insuficientemente disciplinado. Reportava directamente ao Presidente Mobutu, através do Ministério da Defesa, e não ao Primeiro-Ministro, contribuindo assim para o alargamento do fosso político existente no Zaire. Depressa foi arrastado para a corrupção endémica da administração nos Kivus e em outras regiões do Zaire. No princípio de 1996, a Alta Comissária Ogata escreveu ao Primeiro-Ministro Kengo Wa Dondo:

Gostaria de renovar o meu pedido para acabar com a impunidade nos campos de refugiados. Há que fazer cumprir as várias medidas tomadas pelo seu governo e fazer prevalecer a lei e a ordem no Zaire. Tudo isto, obviamente, em total cooperação com o ACNUR e com o Contingente Zaireense para a Segurança dos Campos.¹²

Como já acontecera anteriormente, a falta de apoio diplomático internacional possibilitou que o Presidente Mobutu continuasse a fazer jogo duplo: concordava publicamente com as preocupações do ACNUR quanto ao recrudescimento da violência nas zonas fronteiriças, mas tolerava-a ou até a apoiava, em privado. Mas Mobutu cometia um erro de cálculo, já que iria ser a próxima vítima das forças deixadas à solta na região leste do país.

O fracasso do repatriamento

O repatriamento do Zaire para o Ruanda começou rapidamente, tendo regressado mais de 200.000 refugiados da área de Goma entre Julho de 1994 e Janeiro de 1995.¹³ Em número mais pequeno, mas ainda assim significativo, estavam também a voltar do Kivu Sul, da Tanzânia e do Burundi. A deterioração das condições de segurança nos campos contribuiu, sem dúvida, para que os refugiados desejassem regressar. Mas, a situação no Ruanda também se deteriorava e, no início de 1995, este fluxo de repatriamento é interrompido.¹⁴ Um inquérito promovido pelo ACNUR para avaliar a viabilidade do repatriamento já denunciava os assassínios e outras violações dos direitos humanos no Ruanda cometidos por elementos da FPR, em meados de 1994. O ACNUR informou o governo ruandês sobre o teor deste inquérito e deixou de incrementar o repatriamento. O massacre de Abril de 1995 no campo de Kibeho, no sudoeste do Ruanda, veio dar razão aos opositores do repatriamento. Após este incidente, a operação de repatriamento parou completamente.

Ao longo do ano de 1995, a situação no Ruanda foi-se estabilizando e o ACNUR reactivou o repatriamento dos refugiados, mas a atitude das partes envolvidas continuava ambígua. Isso ficou claramente demonstrado quando o governo zaireense tentou desencadear um movimento de retorno, forçando o encerramento de um dos campos em Agosto de 1995. Neste episódio, cerca de 15.000 refugiados foram colocados em camiões alugados, tendo sido repatriados à força para o Ruanda. Devido às pressões internacionais, as autoridades zaireenses puseram rapidamente fim a esta prática.

O ACNUR tentou por vários meios que os refugiados soltassem amarras dos seus chefes. Organizou campanhas de informação e visitas a familiares no Ruanda. Encetou

Caixa 10.3 Somália: do êxodo à diápora

A República da Somália, que se tornou independente em 1960, não dispõe ainda de alicerces seguros. A implantação de um governo civil eficaz debate-se, desde há muito, com os interesses dos diferentes clãs. Após a derrota do Presidente Siad Barre durante a guerra de Ogaden contra a Etiópia, em 1977, as famílias de clãs rivais na Somália eram sistematicamente marginalizadas e exploradas pela aliança dominante dos clãs próximos de Barre. A partir de 1988, no noroeste do país, a resistência do Movimento Nacional Somali Isaq (MNS) teve de enfrentar as forças de Estado no seu todo.

O primeiro grande êxodo de refugiados da Somália, depois da guerra de Ogaden, ocorreu em 1988, após o bombardeamento de Hargeisa e Burao, no noroeste do país, pelas forças governamentais. Cerca de 365.000 refugiados fugiram para a Etiópia e 60.000 pessoas deslocaram-se internamente. Estima-se em perto de 50.000 o número de pessoas mortas pelas tropas governamentais.

Após esta derrota temporária, o MNS alia-se ao Congresso Unido Somali (CUS) com base em Hawiye e com o Movimento Patriótico Somali (MPS), um grupo mais pequeno. Esta frágil aliança acabou por destituir o governo do Presidente Barre em Janeiro de 1991, mas não conseguiu manter o controlo do país tendo-se desintegrado, precipitando uma grande situação de emergência humanitária. A oposição, organizada em torno de clãs, caracterizava-se por uma rivalidade feroz entre os chefes das milícias visando o controlo do poder e dos recursos.

As represálias entre clãs dominavam a cena nacional quando o Mogadíscio

caiu em poder do CUS. As facções internas e a guerra em curso contra as forças de Barre intensificaram ainda mais o conflito. Os ataques contra os territórios ocupados pelos clãs das famílias Digil e Rahanweyn, e o massacre em grande escala das populações minoritárias nas zonas costeiras, provocaram deslocamentos internos maciços. Os membros dos clãs reagruparam-se nas “terras de clã”, aumentando ainda mais o fenómeno da deslocação. Com a seca e a fome, a situação piorou e, em meados de 1992, cerca de dois milhões de pessoas encontravam-se deseraizadas, das quais cerca de 400.000 foram para a Etiópia e mais de 200.000 foram para o Quênia.

Intervenção internacional

A resposta da comunidade internacional ao agravamento da crise na Somália foi muito lenta e centenas de milhar de somalis morreram de fome e doença ou, vítimas dos combates, antes de chegarem as primeiras forças de manutenção da paz da ONU em Abril de 1992, no quadro da Operação das Nações Unidas na Somália (UNOSOM).¹ O mandato da UNOSOM limitava-se então a supervisionar o cessar-fogo entre as facções beligerantes.

A deterioração constante da situação humanitária levou o Presidente dos Estados Unidos George Bush a ordenar, em Dezembro de 1992, o destacamento de 28.000 soldados norte-americanos como parte do que iria ser uma força total de 37.000 homens da *Unified Task Force* (UNITAF), liderada pelos EUA. A operação Restaurar a Esperança da UNITAF foi autorizada pela Resolução 794 de 3 de Dezembro de 1992 do Conselho de Segurança da ONU, mas não partiu de nenhum pedido da

parte das forças beligerantes. Preside à operação a vontade humanitária de assegurar que os produtos alimentares cheguem às vítimas da fome, mas a intervenção carece deste o início da falta de uma direcção estratégica clara. A operação humanitária ficou ainda mais comprometida quando tentou desarmar as facções somalis rivais.

Em Maio de 1993, a UNITAF foi substituída pela UNOSOM II e o comando da operação foi transferido para um comandante das Nações Unidas. A UNOSOM II era uma força mais importante, com um mandato mais vasto do que a UNOSOM original, que ainda se mantinha na Somália. A UNOSOM II lançou um programa de reconstrução nacional na Somália. A força de manutenção de paz de 28.000 efectivos, provenientes de 27 países diferentes, dispunha de um orçamento de 1,6 milhões de dólares EUA. De uma dimensão e abrangência sem precedentes, a UNOSOM II incorporava 17.700 soldados norte-americanos que não estavam sob o comando directo da ONU.

A passagem brusca de uma operação de assistência humanitária para uma operação direccionada para a construção de uma Nação, logrou apenas aumentar a hostilidade dos senhores da guerra somalis e provocou uma série de batalhas contra a poderosa facção do clã Hawiye, dirigida pelo General Mohamed Farah Aidid, culminando com o abate de dois helicópteros norte-americanos em Outubro de 1993. A morte de 18 soldados norte-americanos e o espectáculo do cadáver de um deles a ser arrastado pelas ruas de Mogadíscio levou rapidamente a administração Clinton a tomar a decisão de retirar as suas tropas da Somália. Em Março de 1994, todos os militares norte-

-americanos e europeus deixaram a Somália, e as restantes tropas das Nações Unidas ainda no terreno partiram no final de Março de 1995.

No pior momento da crise na Somália, só o Comité Internacional da Cruz Vermelha e um pequeno número de organizações não governamentais (ONG) se mantiveram no país. No entanto, graças à ajuda das tropas internacionais, as agências da ONU, como o Programa Alimentar Mundial e a UNICEF, e um conjunto de numerosas ONG, desempenharam um papel importante na distribuição dos produtos de emergência. Apesar da presença das forças militares internacionais, a segurança continuava a ser um problema grave, e muitos trabalhadores humanitários foram mortos e feridos. Para levar a cabo as suas funções, o pessoal humanitário era escoltado por guardas armados de milícias locais.

Em resposta à crise humanitária na Somália, o ACNUR deu início, em Setembro de 1992, a uma série de operações transfronteiriças a partir do Quênia. Lançadas a pedido do Secretário-Geral da ONU, estas operações pretendiam estabilizar os movimentos de população no interior da Somália. Após o destacamento da UNITAF, em Dezembro de 1992, foram criadas “zonas preventivas” no sul da Somália para socorrer as populações em regiões de onde poderiam partir devido à fome. Além da ajuda alimentar e material distribuída na Somália, estas operações transfronteiriças pretendiam começar a reabilitar as infra-estruturas e, deste modo, possibilitar o regresso voluntário dos refugiados nos campos no Quênia que, no final de 1992, abrigavam mais de 285.000 pessoas.

A sociedade do telemóvel

A guerra civil na Somália gerou uma grande diáspora somali. Os refugiados que fugiam do país juntavam-se aos trabalhadores migrantes somalis já a viver no Golfo e na Europa Ocidental, antes de 1988. Além dos refugiados que fugiram para o Iémen, Djibuti e Líbia, existem agora comunidades estabelecidas de somalis que vivem na América do Norte e na Europa. Os antigos elos coloniais entre o Reino Unido e a região norte da Somália, agora conhecida por Somalilândia (antigo Protectorado Britânico da Somalilândia) permitiram que as comunidades somalis se instalassem em muitas das grandes cidades do Reino Unido.

Os telemóveis, a internet e o correio electrónico facilitaram enormemente a comunicação entre os membros desta diáspora e desempenharam um papel chave no estabelecimento de contactos entre os refugiados somalis (tal como entre membros de muitos outros grupos de refugiados) e os seus familiares além-mar. A proliferação de redes de operadores telefónicos por toda a Somália - presentemente existem pelo menos oito - tem sido encorajada por consórcios envolvendo os residentes locais e os somalis da diáspora. A expansão do sistema telefónico permite que se mantenham os laços familiares e é também vital para a transferência regular de remessas a partir do estrangeiro, que têm evitado o colapso da economia somali nos últimos anos.

O sistema rígido de clãs, que tanto dividiu os somalis e provocou a morte de centenas de milhar de pessoas durante os anos 90, revelou ser também uma fonte preciosa de coesão e de força. O carácter coer-

civo desses elos de clã favoreceu o desenvolvimento de um sistema bancário internacional de agências para remessas bancárias. Presentemente, a maior parte dos somalis na diáspora efectua as suas transferências bancárias através do fax, mas também cada vez mais por correio electrónico. Um depósito junto de um banqueiro local de um clã em Londres, por exemplo, permite a transferência, no espaço de 24 horas, do montante equivalente em moeda local para os membros da família na Somália. Os voos regulares provenientes de Jeddah e de Dubai são também um meio muito utilizado para enviar mercadorias e transferência de dinheiro por portador. Actualmente, o valor das remessas eleva-se a várias centenas de milhões de dólares EUA por ano, o que ultrapassa significativamente o produto das vendas de gado enquanto fonte de divisas estrangeiras.²

No website de uma agência de remessas bancárias é possível ouvir, na língua somali, as notícias difundidas pela BBC, a mais importante fonte de informação para os somalis na diáspora. Num mundo cada vez mais pequeno devido ao impacto das tecnologias da informação, a criação de numerosos websites tem permitido que os somalis explorem e modifiquem perspectivas sobre a sua terra e sobre as novas exigências e possibilidades de vida na diáspora. Simultaneamente, o e-mail e os telemóveis têm ajudado a que os somalis na diáspora e os que ficaram no país preservem as suas ligações e, de algum modo, se mantenham socialmente coesos.

negociações com as autoridades ruandesas para abrirem novos pontos de passagem nas fronteiras para facilitar a movimentação dos refugiados a partir dos campos. O Contingente Zaireense encerrou provisoriamente o comércio dentro dos campos de refugiados, procurando assim debilitar o poder dos líderes dos refugiados. São organizadas colunas de repatriamento diariamente para recolher e acompanhar os refugiados dispostos a regressar. Mas, todas estas iniciativas se revelariam infrutíferas face à oposição das autoridades zairenses e ruandesas e à falta de apoio da comunidade internacional, em particular dos países da linha da frente e dos principais governos doadores.

No seio do ACNUR e da comunidade humanitária em geral havia uma grande incerteza quanto à questão do repatriamento. Era difícil pôr em prática o princípio habitual de dar a possibilidade a todos os refugiados de um repatriamento voluntário, com base numa escolha individual com conhecimento de causa. Na realidade, a maioria dos refugiados era coagida ao exílio pelos seus próprios dirigentes. Muitos eram mais reféns do que refugiados. Tratava-se de um tipo de deslocação humana diferente, em que o conceito de regresso voluntário e o próprio significado da palavra “refugiado” estavam distorcidos perante uma realidade nova e complexa à qual já não correspondia a abordagem tradicional.¹⁵

Fuga dos campos de refugiados

As duas províncias orientais do Zaire, Kivu Norte e Kivu Sul, onde os refugiados encontraram abrigo, foram durante muito tempo o berço da oposição ao regime do Presidente Mobutu que tentava agora utilizar as rivalidades étnicas em seu proveito. Os Kivus tinham uma vasta população de etnia banyarwanda (tutsi e hutu) que, no passado, fora utilizada contra outros grupos indígenas.¹⁶ As tensões étnicas daí resultantes agravaram-se quando foi adoptada nova legislação pelo parlamento zaireense em 1981, que se traduziu na perda de cidadania *de jure* para milhares de banyarwanda. Em 1993, mesmo antes do genocídio ruandês, já tinha havido lutas entre os banyarwanda e outros grupos, quando as autoridades tentaram organizar um recenseamento dos “estrangeiros”. O afluxo de refugiados ruandeses ao longo do Verão de 1994 produziu um efeito desastroso no frágil equilíbrio dos Kivus, pois a facção política dos refugiados hutu transportava com ela os seus terríveis preconceitos étnicos.

No início de 1995, reacende-se a violência nos Kivus, especialmente no Kivu Norte, onde se situavam os campos de Goma. Desta vez, não se limitou à população local. O General Augustin Bizimungu, chefe do estado-maior da ex-FAR, procurou demarcar um território nos Kivus a partir do qual pudesse operar contra o Ruanda e contra as comunidades tutsi zairenses nos Kivus. Recrutou no local alguns efectivos das Forças Armadas Zairenses (*Forces Armées Zaïroises* -FAZ) que, sem remuneração e com um comando precário, tornaram-se pouco mais que mercenários. O conflito opunha, de um lado, a ex-FAR, os seus aliados da FAZ e algumas milícias locais anti-governamentais, conhecidas como *Mayi Mayi*, e, do outro, a população tutsi zaireense. Esta última era a mais fraca militarmente, tendo sido mortos ou forçados a fugir muitos tutsi.

Entre Novembro de 1995 e Fevereiro de 1996, fugiram para o Ruanda cerca de 37.000 tutsi, dos quais metade eram tutsi zairenses empurrados pelo conflito na área de Masisi, no Kivu Norte, e a outra metade era constituída por exilados ruandeses de 1959.

O governo do Ruanda pediu imediatamente ao ACNUR para abrir campos de refugiados no lado ruandês da fronteira. Era uma situação paradoxal, uma vez que muitos dos “refugiados” que estavam a entrar no país eram originalmente do Ruanda. Querendo sobretudo organizar um repatriamento bem sucedido no Ruanda e não a criação de mais campos no lado ruandês da fronteira, foi com extrema relutância que o ACNUR abriu dois campos de refugiados no Ruanda.¹⁷ A piorar ainda mais as coisas, estes campos de refugiados tutsi situavam-se apenas a alguns quilómetros da fronteira e ficavam perto dos campos de refugiados de Goma.

A Alta Comissária Ogata solicitou mais uma vez a ajuda internacional para melhorar a situação de segurança. Em Maio de 1996, escreveu ao Secretário-Geral Boutros-Ghali: “o afluxo recente de refugiados de Masisi para o Ruanda envolve actualmente 9.000 pessoas. A comunidade internacional deveria considerar medidas urgentes para impedir uma nova deterioração da situação de segurança ... deveriam ser renovados os esforços para afastar os campos de refugiados da fronteira”¹⁸ O próprio governo zairense começou a perceber que a intervenção na política étnica nos Kivus tinha criado uma situação que lhe estava a fugir do controlo, mas já era demasiado tarde. A crise estava prestes a invadir toda a sub-região.

O conflito alastra-se

Em meados de 1996, a situação na região dos Grandes Lagos era extremamente tensa. No Burundi, a tensão entre os tutsi e os hutu intensificava-se. Em Outubro de 1993, o presidente democraticamente eleito, Melchior Ndadaye, um hutu, foi assassinado por soldados tutsi, desencadeando uma explosão de violência em que foram mortos milhares de tutsi e de hutu. Cerca de 700.000 hutu, alguns dos quais mais tarde participariam activamente no genocídio no Ruanda encontraram refúgio principalmente no Ruanda. No dia 26 de Julho de 1996, o antigo Presidente Major Pierre Buyoya, um tutsi, derrubou a débil administração civil chefiada pelo Presidente Sylvestre Ntibunganya. Alguns viam nisto uma tentativa para restaurar a autoridade do Estado, mas, para outros, era apenas mais um golpe militar. Os países vizinhos convocaram um encontro de urgência e decretaram um embargo económico contra o Burundi.

Além disso, deterioravam-se as relações entre o Uganda e o Sudão. Campala acusava Cartum de armar os grupos de guerrilha e de os encorajar a atacar o Uganda a partir do Sudão e (com o apoio de Kinshasa) a partir do Nordeste do Zaire.

Finalmente, no Zaire Oriental, o conflito no Kivu Norte alastrava-se ao Kivu Sul. Aqui, os banyamulenge, um grupo tutsi zairense, debatia-se também com problemas resultantes da alteração da lei da cidadania zairense, que entrara em vigor em 1981. Elementos armados, incitados ao frenesim nacionalista pelos políticos locais e agindo em nome do Presidente Mobutu, atacaram os banyamulenge. Em meados de Setembro, os refugiados começaram a chegar em grupos ao posto fronteiriço de Cyangugu no Ruanda. Ocorreram também acções de retaliação das milícias banyamulenge contra as populações civis e militares no Kivu Sul. O Exército Patriótico Ruandês (RPA) era dado como estando também envolvido nestas acções, tendo os seus soldados penetrado no Zaire para apoiar as milícias banyamulenge e outros grupos armados oposicionistas em rebelião contra o regime do Presidente Mobutu.

Caixa 10.4 Guerra e deslocções na África Ocidental

Durante os anos 90, a África Ocidental tornou-se palco de violentas guerras que desenraizaram milhões de pessoas. Os dois principais conflitos, predominantemente internos, mas alimentados por verbas, armamentos e interesses externos, tiveram lugar na Libéria e na Serra Leoa. Estes conflitos lançaram quase um milhão de refugiados para os países vizinhos, sobretudo para a Guiné-Conacri e Costa do Marfim. Um outro conflito de menor dimensão no Senegal e um motim armado na Guiné-Bissau, em 1998, geraram também cerca de 200.000 refugiados.

No final da década, mais de um terço da população refugiada e deslocada em África encontrava-se na África Ocidental. A maioria destas pessoas estava deslocada dentro do seu próprio país. Muitos dos que atravessaram as fronteiras internacionais ficaram a poucos quilómetros da fronteira. Por isso, mesmo os que fugiram para onde esperavam estar em segurança, continuavam vulneráveis aos ataques. O ACNUR teve de mudar vários campos na Guiné, afastando-os da fronteira, para proteger os seus residentes. Os colaboradores das organizações humanitárias que vinham para ajudar os refugiados e as pessoas deslocadas encontravam-se, também eles, em grande risco. Muitos foram ameaçados, vários foram raptados, roubados dos seus haveres e, em certas ocasiões, os trabalhadores humanitários tiveram de ser evacuados para sua própria segurança.

Quando os liberianos fugiram para a Guiné-Conacri e para a Costa do Marfim, a população local abriu-lhes as suas portas. Nesta primeira fase, relativamente poucos refugiados estavam alojados em campos. Quando os serra-leoneses começaram a fugir para a Guiné-Conacri, alguns também foram para junto da população local, mas a capacidade de absorção rapidamente se esgotou e muitos tiveram de ir para os campos de refugiados. Estes dois países mostraram uma grande hospitalidade com vastas populações de refugiados durante todo o período dos anos 90. No final de 1996, a Guiné-Conacri contava com cerca de

650.000 refugiados da Libéria e da Serra Leoa. Hoje, a Guiné-Conacri ainda acolhe mais de 500.000 refugiados. A Costa do Marfim recebeu, no período de 1990 a 1997, entre 175.000 a 360.000 refugiados por ano e, em 1999, ainda mantinha cerca de 138.000.

As guerras na África Ocidental ao longo dos anos 90 tinham múltiplas facetas: tensões étnicas, luta pelo controlo dos recursos e insurreições de jovens descontentes. A propósito das tensões étnicas, segundo alguns observadores, na Libéria, inicialmente, as forças rebeldes tinham um carácter étnico, mas atraíam para as suas fileiras um vasto leque da juventude liberiana. No Senegal, os separatistas de Casamança eram frequentemente retratados como um movimento dos Diolas, mas nem todos os Diolas eram separatistas e nem todos os separatistas eram Diolas.

Segundo outros observadores, estas guerras eram, primeiro que tudo, lutas pelo controlo das riquezas naturais em madeira e diamantes. Na Libéria, o contrabando de madeira era um dos principais recursos dos rebeldes, acabando a maior parte desta em França. Na Serra Leoa, as forças rebeldes dependiam fortemente do comércio de diamantes para a compra de armas e tanto os governos como os rebeldes procuraram o apoio das companhias internacionais de exploração mineira e seguradoras. Outros acham que o traço comum a estes três conflitos não são as tensões étnicas ou a competição pelos recursos, mas sim a corrupção e a degradação dos Estados e o impacto disso sobre os jovens, marginalizados e vulneráveis.¹ O conflito prolongado em Casamança, onde existem poucos recursos florestais ou minerais, é por vezes citado como exemplificativo disso mesmo.

Libéria

O conflito que fustigou a Libéria ao longo dos anos 90 começou em Dezembro de 1989 entre as forças da Frente Nacional Patriótica da Libéria (NPFL), predominantemente de etnia Gio e Mano, e as forças leais ao Presidente Samuel Doe, quase todas de etnia Krahn. O conflito caracteri-

zou-se por massacres a civis, mutilações, destruição generalizada da propriedade e incorporação de grande número de crianças-soldados, muitas vezes forçadas a matar para provar a sua lealdade. Durante nove anos de terror, foram mortos mais de 150.000 liberianos e metade da população liberiana fugiu de casa. De mais de 1,7 milhões de pessoas desenraizadas, aproximadamente 40% fugiram para os países vizinhos e quase todas as que ficaram estavam deslocadas no interior do país.

Em 1990, numa tentativa para restaurar a ordem, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) enviou uma força militar para a Libéria, a ECOMOG. A ECOMOG conquistou o controlo da capital, Monróvia, mas 95% do país continuava nas mãos dos rebeldes. Surgiram outras facções armadas (existiam 11 em 1994), agravando ainda mais o conflito. Este conflito revelou-se um dos mais destrutivos e irresolúveis de todos, sendo ainda uma das guerras civis menos “mediatizadas” no mundo.

Mesmo em Monróvia, os civis não estavam em segurança. Os combates pelo controlo da cidade obrigavam as pessoas que aqui procuravam refúgio a deslocar-se. Em Abril de 1996, as lutas entre as três diferentes facções armadas que procuravam tomar o controlo da cidade saldaram-se em 3.500 mortos. Mais de 350.000 civis, inclusive as pessoas deslocadas em Monróvia, fugiram da cidade. Entre eles contam-se pelo menos 2.000 liberianos que fugiram por mar, embarcando no *Bulk Challenge* e mais 400 que fugiram no *Zolotista*. Os dois navios andaram de porto em porto na costa ocidental africana procurando um refúgio seguro para os refugiados a bordo. Em todos os portos eram enviados para trás. Por fim, o Gana permitiu que o *Bulk Challenge* desembarcasse, face à comunicação de que muitos dos refugiados estavam gravemente doentes. O *Zolotista* e os seus passageiros foram obrigados a regressar a Monróvia, decorridas três semanas no mar.

Após a violência em 1996, as facções beligerantes assinaram um importante

acordo de paz. Ao contrário de muitos acordos anteriores, este vingou. Em 1997, num sufrágio com supervisão internacional, o líder da NPFL Charles Taylor foi eleito presidente. Apesar de não ter havido outros grandes confrontos militares entre 1997 e o final de 1999, a situação política e de segurança na Libéria mantém-se instável.

Serra Leoa

Na Serra Leoa, em Março de 1991, rebentou uma insurreição por parte da Frente Revolucionária Unida (RUF) com uma incursão fronteiriça a partir da Libéria. A RUF tinha ligações estreitas com Charles Taylor da NPFL, e beneficiava do apoio político e económico da Líbia e de Burkina Faso. Foi mandada para a Serra Leoa uma força da ECOMOG para prestar assistência ao governo, mas a violência continuava, desenraizando mais de um milhão de pessoas no curso dos três anos que se seguiram. Em 1994, a RUF tinha enfraquecido, mas a violência contra os civis persistia, sobretudo às mãos dos actuais e antigos soldados governamentais descontentes.

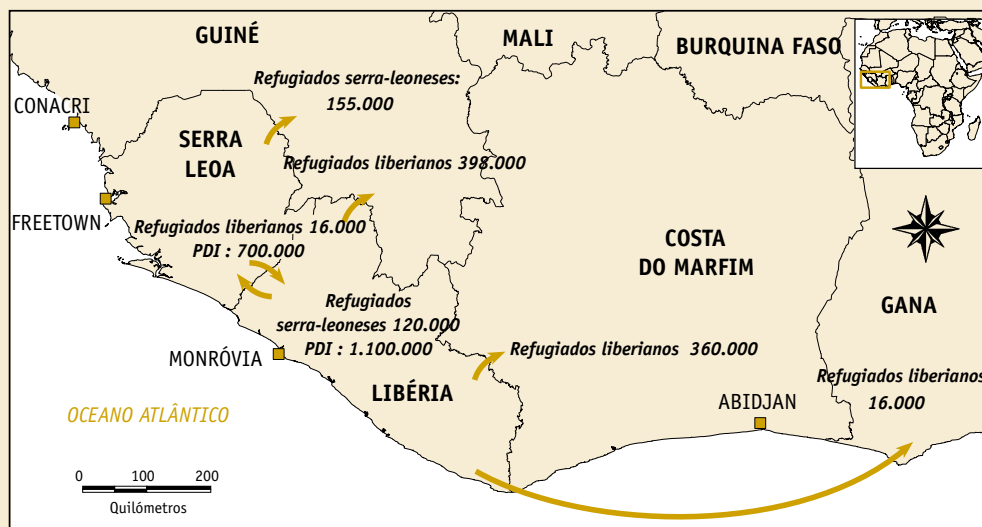
Em 1995, o governo contratou uma força mercenária sul-africana para ajudar a restabelecer a ordem e, no princípio de 1996, realizaram-se eleições. Os eleitores votaram num civil para presidente, Ahmed Tejan Kabbah. Finalmente, o governo e a RUF assinaram um acordo de paz e centenas de milhar de pessoas deslocadas regressaram às suas terras.

Mas a paz revelou-se fugaz. Em Maio de 1997, militares descontentes aliaram-se à RUF, destituíram Kabbah e estabeleceram o Conselho Revolucionário das Forças Armadas (AFRC). Os combates entre as forças da ECOMOG e do AFRC deslocaram milhares de pessoas em 1997, mas terminaram quando os dois lados aceitaram um novo acordo de paz, no final de 1997, prevendo o regresso ao poder de Kabbah e a atribuição de um cargo ao líder da RUF, Foday Sankoh, então na prisão. Durante o ano de 1998, novos confrontos provocam uma vez mais a deslocação de grande número de civis e, no final desse ano, mais de um milhão de serra-leoneses estavam desenraizados, dos quais cerca de 400.000 nos países vizinhos.

Em Julho de 1999, o governo e os rebeldes reuniram-se em Lomé, no Togo, e assinaram um outro acordo para pôr fim às hostilidades. O acordo previa a partilha do poder entre as duas partes e uma amnistia para os que tinham cometido atrocidades contra civis. A ECOMOG foi substituída em Outubro de 1999 por uma força de manutenção da paz das Nações Unidas de 11.000 efectivos, cuja principal tarefa era fiscalizar a desmobilização de antigos combatentes e criar um ambiente seguro para o regresso a casa dos refugiados e das pessoas deslocadas. No final do ano, a situação na Serra Leoa mantinha-se precária com violações ao cessar-fogo, persistência dos atentados aos direitos humanos e uma reduzida desmobilização dos soldados. A amnistia não apagou as sequelas das atrocidades cometidas nos anos 90. O recrutamento forçado de crianças em grande escala e as horríveis mutilações de civis, características desta guerra, deixaram a sociedade profundamente traumatizada.

Populações de refugiados e pessoas deslocadas internamente na África Ocidental, 1994

Mapa 10.1



Fonte: Dados relativos às PDI fornecidos pelo US Committee for Refugees.

Um ano mais tarde, o vice-presidente ruandês, Paul Kagame, confirmou a informação de que o governo ruandês prestara um apoio essencial à revolta dos banyamulenge e de outros grupos opositoristas zaienses. A justificação do Ruanda para atacar o território zaiense e os campos de refugiados no Kivu Norte e no Kivu Sul era a necessidade de pôr termo às incursões armadas dos extremistas hutu cujas bases se localizavam nos campos de refugiados.

A já difícil posição do ACNUR e de outras organizações humanitárias nos Kivus ainda se tornou mais difícil. Raramente, ou mesmo nunca, as organizações humanitárias tinham sido tão claramente associadas aos objectivos militares de uma guerra como neste caso, pelo desmantelamento dos campos de refugiados que construíram e financiavam desde há dois anos. A presença do Contingente Zaiense, pago pelo ACNUR para manter a lei e a ordem dentro dos campos, sendo uma força militar zaiense, atentava contra os rebeldes, o que complicava mais a situação. As ex-FAR opunham-se também à penetração das forças rebeldes, fortemente apoiadas pelo governo ruandês.

Portanto, para o governo ruandês e seus aliados, o ACNUR parecia ajudar não só os refugiados, mas os *génocidaires* e o seu patrocinador, o regime do Presidente Mobutu. Os refugiados também criticavam o ACNUR e, quando o Alto Comissário exortava aos ruandeses apanhados no conflito para que voltassem ao Ruanda, os grupos extremistas acusavam o ACNUR de colaborar com o agressor. O governo zaiense chegou mesmo a acusar o ACNUR de ter tomado parte no que considerava como a “invasão” do Kivu Sul.

O ACNUR e as outras organizações humanitárias viram-se assim numa situação, não só politicamente difícil, mas, também, cada vez mais perigosa. A tese de que a ajuda humanitária, na ausência de acção política, pode prolongar ou, por vezes, agravar o conflito armado saiu reforçada com os acontecimentos no Zaire Oriental. Como observava a Alta Comissária Sadako Ogata no início de Outubro de 1996:

A ligação entre os problemas de refugiados, a paz e a segurança talvez nunca fora tão evidente como na região dos Grandes Lagos em África... Provavelmente, nunca antes o meu Comissariado se encontrara, no quadro da sua missão humanitária, no meio de um tão fatal imbróglgio de interesses políticos e de segurança. Embora a nossa assistência humanitária e a nossa protecção se destinem a uma maioria inocente e silenciosa de refugiados desesperados e desprovidos de tudo, servem também activistas que têm interesse em manter o *status quo*. Isto não pode continuar assim.¹⁹

Ataques aos campos de refugiados de Goma

Numa primeira fase, foi difícil identificar as forças armadas que intervinham contra os campos de refugiados ruandeses (e burundeses) no Kivu Sul. Inicialmente, eram designadas todas como banyamulenge. Porém, a partir de meados de Outubro, falava-se cada vez mais de uma nova formação, a Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Zaire (*Alliance des forces démocratiques pour la libération du Zaïre/Congo* - AFDL/ZC), uma denominação que pressupunha a participação de originais do Zaire numa nova guerra e um programa político mais vasto.

Mas, mesmo com um programa mais vasto, eram os campos de refugiados o seu primeiro alvo. Os primeiros a ser atacados foram os do sul, na região de Uvira, que albergavam o grosso dos refugiados burundeses. Estes campos estavam infiltrados pelas

Forças de Defesa da Democracia (*Forces de défense de la démocratie*, FDD), constituídas por guerrilheiros hutu, que combatiam o governo do Presidente Buyoya que tomara o poder do Burundi em meados de 1996. Em Outubro de 1996, os campos foram invadidos com uma facilidade surpreendente e os refugiados rapidamente reagrupados no outro lado da fronteira, no Burundi. As FDD sofreram pesadas baixas nesta acção e, num momento crítico da conjuntura no Burundi, estes ataques favoreciam o Presidente Buyoya. O ataque sobre Uvira forçou o ACNUR e os seus parceiros a suspenderem as operações; o pessoal expatriado foi evacuado, deixando atrás de si os colegas zaienses e dezenas de milhar de refugiados. As instalações do ACNUR foram saqueadas e vandalizadas.

Após o ataque principal em Uvira, os refugiados ruandeses que sobreviveram foram empurrados para norte, em direcção à região de Bukavu, sob mira de ataque, a partir dessa altura. Os últimos trabalhadores humanitários internacionais foram evacuados de Bukavu, no meio de intensos combates, no dia 29 de Outubro, data em que o ACNUR e os seus parceiros suspenderam as operações. Mais uma vez, os refugiados ruandeses foram forçados a fugir, indo para ocidente ou para norte, tentando juntar-se à grande massa de refugiados na área de Goma.

Mas o Kivu Norte também não era seguro. A rebelião alastrou-se rapidamente, apanhando de surpresa os zaienses e os observadores internacionais. As forças rebeldes atacaram dois campos a norte de Goma - Katala e Kahindo - e centenas de milhar de pessoas foram forçadas a fugir em direcção aos dois últimos bastiões de segurança, os campos de Mugunga e de Kibumba. Poucos dias depois, Kibumba foi atacado directamente, tendo fugido mais de 200.000 refugiados em direcção às localidades de Goma e de Mugunga. No dia 31 de Outubro, foi a própria povoação de Goma que foi atacada. No dia 2 de Novembro, o pessoal do ACNUR e de outras organizações humanitárias, que ainda permanecia em Goma, foi evacuado pela fronteira mais próxima com o Ruanda, sob protecção do RPA.²⁰

Estes acontecimentos significavam um tremendo fracasso da comunidade internacional em matéria de protecção dos refugiados. Representavam também uma das crises mais graves da história do ACNUR. No espaço de poucos dias, o ACNUR e os seus parceiros tinham sido obrigados a abandonar centenas de milhar de refugiados numa situação de conflito que continuava a intensificar-se. Afastados do único campo de refugiados que restava, tinham perdido contacto com a maioria dos refugiados que se dispersara desordenadamente por todo o Kivu. A difícil situação destes refugiados, muitos em fuga na floresta equatorial do Zaire Oriental, exigia uma acção urgente. Já em 1994, o ACNUR tinha pedido uma força internacional para proteger o acesso humanitário aos refugiados. Mas, se a mobilização dessa força tinha sido difícil em 1994, agora era quase impossível. Os refugiados, quisessem ou não, estavam totalmente à mercê dos elementos armados. As dificuldades e contradições surgidas nos últimos anos tinham atingido o cume. Mais uma vez, nas capitais ocidentais decorriam morosas discussões sobre a necessidade de enviar uma força multinacional e sobre o seu mandato, mas no terreno nada se faz.

Embora a suspensão das operações humanitárias tenha tido consequências dramáticas, o ACNUR e os seus parceiros conseguiram retomar algumas das suas actividades alguns dias depois. Com as forças rebeldes, agora conhecidas como AFDL, a ocuparem a maior parte do Kivu oriental, as Nações Unidas começaram a negociar a retomada das

ações humanitárias nos territórios sob o seu controlo. Uma delegação das Nações Unidas reuniu-se em Goma com o líder da AFDL, Laurent-Désiré Kabila, futuro presidente da República Democrática do Congo. A AFDL, adoptando uma tática a que iria recorrer vezes sem conta nos meses seguintes, anunciou que autorizava o acesso do ACNUR aos refugiados, embora, na realidade, o limitasse nos territórios sob o seu controlo. Como sempre, o ACNUR só conseguiu o acesso após terem sido eliminados elementos suspeitos de estarem armados. Muitas vezes, no decurso destas operações eram também mortos refugiados.

A 12-13 de Novembro, o campo de Mugunga foi bombardeado pelo RPA. Os refugiados procuraram fugir para ocidente, mais para o interior do Zaire. Alguns conseguiram fazê-lo, mas a maioria foi impedida pelas forças rebeldes. A única via segura conduzia de novo ao Ruanda. Numerosas pessoas começaram a dirigir-se para a fronteira. Entretanto, o ACNUR tinha sido autorizado pela AFDL a retomar as actividades em Goma. Mas a única coisa que pessoal do ACNUR podia fazer era observar centenas de milhar de pessoas a caminhar, num silêncio arrepiante, em direcção ao país de onde - sob outro tipo de pressão, mas igualmente contra vontade - tiveram de fugir, em massa, apenas dois anos antes.

O repatriamento da Tanzânia para o Ruanda

A situação nos campos de refugiados ruandeses na Tanzânia foi sempre menos tensa do que nos campos zairenses. A influência do antigo regime sobre a população refugiada era menor, as antigas tropas das FAR não tinham a mesma presença militar e a atitude das autoridades tanzanianas era muito mais resolvida e transparente do que a do governo zairense. No dia 12 de Abril de 1995 foi assinado um Acordo Tripartido sobre o Repatriamento Voluntário entre o Ruanda, a Tanzânia e o ACNUR. Ainda assim, o repatriamento seria extremamente limitado: 6.427 pessoas em 1995 e 3.445 em 1996, numa população de refugiados em torno das 480.000 pessoas.

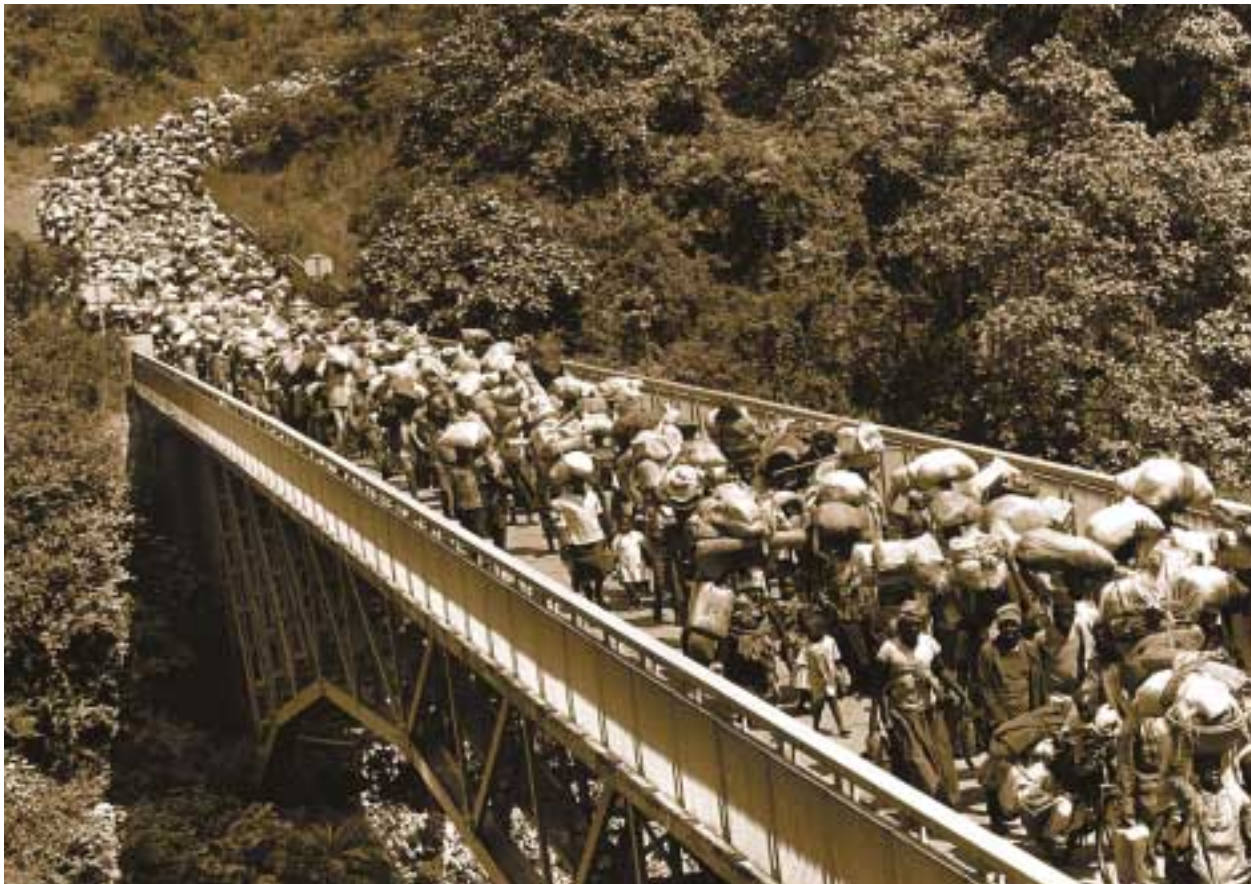
A presença de tão vasto número de refugiados na Tanzânia Ocidental levantou diversos problemas, nomeadamente de desflorestamento, roubos e violência ocasional. O repatriamento maciço e forçado, efectuado no Zaire, em Novembro de 1996, foi entendido pelas autoridades tanzanianas como um sinal claro. O Presidente Benjamin Mkapa declarou: “O repatriamento dos refugiados é agora bastante mais viável”.²¹ No dia seguinte, o coronel Magere, secretário permanente do Ministro da Administração Interna, encontrou-se com o representante do ACNUR, tendo-lhe comunicado que: “No seguimento do regresso maciço do Zaire Oriental e dos progressos havidos, os refugiados ruandeses na Tanzânia já não têm razões legítimas para continuarem a recusar o seu regresso ao Ruanda.”²²

Os funcionários do ACNUR na Tanzânia consideravam que era possível repatriar a população dos campos para o Ruanda em condições de segurança suficientes, mas que muitos refugiados dispostos a voltar, estavam impedidos de o fazer pelos seus dirigentes. Muitos destes dirigentes eram *génocidaires* que mantinham a maioria dos refugiados como refém para se proteger a si próprios. Assim, o ACNUR decidiu agir no sentido de enfraquecer a sua autoridade, lançando um apelo geral ao repatriamento.²³ No dia 6 de Dezembro de 1996, o governo da Tanzânia e o ACNUR emitiram uma declaração

conjunta dirigida a todos os refugiados ruandeses na Tanzânia.²⁴ Afirmava-se que o governo tanzaniano tinha decidido, no seguimento dos recentes compromissos assumidos pelo governo do Ruanda, que todos os refugiados na Tanzânia “podem agora regressar para o seu país em segurança” e se “espera que todos os refugiados tenham regressado até 31 de Dezembro de 1996”. Mencionava-se ainda que: “O Governo da Tanzânia e o ACNUR convidam, por conseguinte, todos os refugiados a fazer os preparativos para regressarem antes desta data”. Mas, em vez de acatarem estas ordens, a 12 de Dezembro, os dirigentes decidiram mudar os refugiados ainda mais para o interior da Tanzânia oriental. O governo tanzaniano actuou de imediato, impedindo este movimento e destacando tropas para reencaminharem os refugiados, fazendo-os atravessar a fronteira do Ruanda.

O repatriamento forçado da Tanzânia não tinha nada a ver com os acontecimentos violentos ocorridos no Zaire, onde milhares de refugiados foram mortos ou obrigados a fugir e a passar para uma zona de guerra activa. No entanto, foi motivo de grande polémica. Embora o ACNUR nunca tivesse sancionado qualquer proposta de envio à força dos refugiados, a Organização fora fortemente criticada pela Amnistia

Regresso maciço de refugiados da Tanzânia para o Ruanda em Dezembro de 1996. (ACNUR/R. CHALASANI/1996)



Caixa 10.5

Os refugiados no deserto do Saara Ocidental

As fronteiras do que era conhecido como o Saara Espanhol foram delineadas em quatro acordos franco-espanhóis entre 1900 e 1912, numa altura em que a maior parte de Marrocos se tornava um protectorado francês. O Saara Espanhol manteve-se sob o domínio espanhol até 1975, quando as autoridades coloniais decidiram evacuar o território em resposta à situação política em Espanha, à animosidade crescente da população local face aos colonos e à pressão por parte de Marrocos independente. Em Novembro, os Acordos de Madrid entre Espanha, Marrocos e Mauritânia dividiram a colónia em zona norte e zona sul, cedidas a Marrocos e à Mauritânia, respectivamente. Foi nesta época que a colónia passou a ser conhecida por Saara Ocidental. Nos meses que se seguiram, milhares de soldados e de civis dos dois países afluíram aos territórios recentemente adquiridos, e saíram milhares de habitantes do Saara Ocidental.

Nos últimos anos do domínio espanhol, o movimento anticolonial corporiza-se em torno de uma organização político-militar, fundada em 1973, por um grupo de estudantes: a *Frente Popular para la Liberación de Saguia el-Hamra y de Río de Oro*, mais conhecida por Frente Polisário. O acordo inesperado entre Espanha, Marrocos e Mauritânia, em 1975, favoreceu esta organização, treinada e equipada militarmente pela Líbia e apoiada, cada vez mais, pela Argélia. Com o apoio do governo argelino, os refugiados que conseguiam fugir do Saara Ocidental eram instalados em quatro campos de refugiados a sul de Tindouf, uma região árida e rochosa no sudoeste da Argélia. Foi a partir destes campos que a Frente Polisário proclamou a independência da República Árabe Sarauí Democrática

(RASD) e instaurou um governo no exílio em Fevereiro de 1976. Quando a Mauritânia renunciou às suas pretensões territoriais em Agosto de 1979, Marrocos passou a ocupar o sector sul, exercendo desde então o controlo administrativo. Os exércitos marroquino e da Frente Polisário prosseguiram uma guerra sem tréguas até à assinatura do acordo, mediado pela ONU e aprovado pelo Conselho de Segurança, em Abril de 1991. Nos termos desse plano, seria aplicado um cessar-fogo a partir de Setembro, prevenindo-se um referendo sob os auspícios das Nações Unidas. Isso daria a oportunidade ao povo sarauí de escolher entre a integração em Marrocos e a independência.

O processo complexo para identificar o eleitorado deste referendo foi entregue à Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), criada em Abril de 1991. Cabia-lhe por tarefa identificar os sarauís espalhados entre a população da região, tarefa que tem sido repetidamente adiada devido a desentendimentos entre o governo marroquino e a Frente Polisário sobre a elegibilidade de cada um. As duas partes pensam que a composição do eleitorado será determinante para os resultados do referendo. Em Dezembro de 1999, decorridos mais de cinco anos após o início do processo de recenseamento, a MINURSO ainda não tinha concluído a tarefa, enredada numa fase difícil e delicada de audiências de recurso, interpostas por cerca de dois terços das pessoas a quem foi recusado o recenseamento.

Em antecipação ao referendo, o ACNUR tem estado a preparar o repatriamento voluntário dos refugiados que têm direito a votar e dos seus familiares mais próximos - cerca de 120.000 pessoas no total. A esmagadora maioria

dos refugiados tem insistentemente afirmado que deseja regressar para a parte do Saara Ocidental que se estende a leste de uma grande muralha de areia de 2.500 km de comprimento - a berma - erigida pelas forças marroquinas, e isso, independentemente de onde são originários. Para se criar uma atmosfera de confiança, o ACNUR tentou promover visitas às famílias do outro lado da fronteira, mas os refugiados temem pela sua segurança se tiverem de regressar para a parte ocidental do território.

O Saara Ocidental continua dividido em duas zonas dos dois lados da berma. A Frente Polisário controla uma parte importante do interior até às fronteiras orientais com a Argélia e a Mauritânia. Marrocos mantém o controlo sobre as zonas costeiras, inclusive sobre o denominado "triângulo útil" a norte, entre Laayoune, Smara e as vastas reservas de fosfatos de Boucraa. Embora os limites destas zonas não se tenham alterado no decurso da última década, muitas coisas mudaram no seu interior. Marrocos tem melhorado consideravelmente as suas infra-estruturas básicas e industriais em Laayourne e, em menor grau, também no resto do "triângulo útil".

Em 1975, a maior parte dos refugiados tinha fugido para uma zona desértica e inóspita em volta de Tindouf, a cerca de 500 quilómetros a leste de Laayourne e a 50 quilómetros da fronteira com o Saara Ocidental. No final de 1976, viviam nesta região cerca de 50.000 sarauís. Foram implantados três campos de refugiados numa área com poucas centenas de quilómetros quadrados que o governo argelino cederá temporariamente à RASD. Mais tarde, foi aberto um quarto campo. Os refugiados recebiam assistência

humanitária do governo argelino, do Crescente Vermelho e do ACNUR. No seu apogeu, os campos de refugiados alojavam cerca de 165.000 pessoas, de acordo com as estimativas fornecidas pelo governo argelino.

Durante os confrontos militares, a maioria dos homens dos campos incorporou as fileiras da Polisário, um exército em crescimento e cada vez mais bem equipado. As mulheres geriam os campos. Ao longo dos últimos 25 anos, foram construídos hospitais, escolas, oficinas e ministérios entre as tendas que são a habitação dos refugiados.

Hoje, os refugiados estão fortemente dependentes da ajuda internacional. Esta assistência é fornecida pela *European Community Humanitarian Office* (ECHO), pelo governo argelino, pelo Programa Alimentar Mundial e pelo ACNUR, assim como por várias organizações não governamentais europeias e fundos bilaterais. Ainda assim, com o decorrer dos anos, a situação alimentar, sanitária e médica tem vindo gradualmente a deteriorar-se. A má nutrição e a doença entre as crianças está a aumentar e a qualidade da água potável é má. Os refugiados recebem educação primária e secundária nos campos, conseguindo alguns bolsos para prosseguirem os estudos no estrangeiro. Todos os anos, alguns milhares de refugiados passam as férias de Verão na Europa, especialmente em Espanha, onde são recebidos por famílias simpatizantes da sua causa. Além dos refugiados em campos, no final de 1999 estimava-se que houvesse à volta de 26.400 sarauís na Mauritânia e mais de 800 a estudar em Cuba.

A Frente Polisário tem mantido ligações estreitas com os refugiados sarauís. A organização dispõe de uma vasta rede de representantes. Muitos

vivem na Europa, em particular em Itália e em Espanha. Outros representantes, espalhados pelo mundo, tecem redes de assistência a favor dos refugiados e de apoio à luta dos sarauís pela independência.

Apesar dos melhoramentos consideráveis efectuados pelos sarauís para reforçar o bem-estar social nos campos, alguns refugiados saíram à procura de trabalho. Muitos foram ter com os familiares na Mauritânia, na Argélia e até em Marrocos. Outros, entre os que permanecem nos campos, emigram sazonalmente, deixando Tindouf durante os meses quentes de Verão e indo para locais como as Ilhas Canárias, Espanha e outros lugares mais distantes.

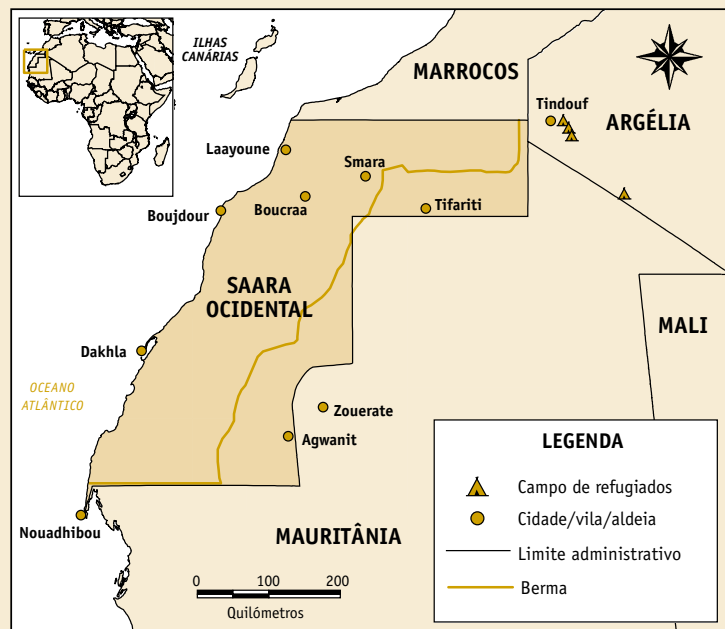
Mas a maioria dos refugiados sarauís ainda vive nos campos ou vai lá fre-

quentemente. Muitos têm estabelecido relações económicas e sociais cada mais activas com as comunidades sarauís nas distantes cidades mauritanas de Nouadhibou e Nouakchott, nas Ilhas Canárias e em Espanha. Estas actividades são agora responsáveis por uma parte significativa da actividade económica dos campos.

Já passaram mais de 25 anos desde a dispersão da população refugiada sarauí e quase nove anos desde que era suposto realizar-se o referendo. Continua por fixar a data em que o referendo se irá realizar e não existe nenhum mecanismo para fazer respeitar o resultado do referendo. Assim sendo, o futuro do Saara Ocidental, designado por alguns como “a última colónia de África”, mantém-se incerto.

Saara Ocidental, 1999

Mapa 10.2



Internacional, *Human Rights Watch* e outras associações de defesa dos direitos humanos pelo papel desempenhado na operação de repatriamento, sobretudo pela declaração conjunta apelando aos refugiados para deixarem a Tanzânia em menos de um mês.²⁵

Procurar os refugiados perdidos no Zaire

No Zaire, a AFDL e os seus aliados ruandeses tinham dado início a uma campanha militar. Atravessando todo o país até Kinshasa, onde entraram no dia 17 de Maio de 1997, destituíram o Presidente Mobutu e tomaram o poder. Entretanto, nas florestas do Zaire, um número indeterminado de refugiados hutu ruandeses deslocava-se em condições dramáticas. Começa então uma guerra de números. Em Novembro de 1996, uma contagem aproximada, por cabeça, efectuada num ponto de passagem entre Goma e Gisenyi apontava para 380.000 o total de retornados que tinham atravessado a fronteira durante a fase inicial do movimento maciço, após a queda de Mugunga.²⁶ Com os que regressaram através de Cyangugu e outros dispersos que chegaram via Gisenyi, logo nos dias a seguir, pensava-se que era de acrescentar pelo menos mais 100.000 a esse número. Isto fazia subir o total para cerca de 500.000, sendo apenas possível uma estimativa aproximada.

O pessoal do ACNUR concordava com o número de 600.000 refugiados avançado pelo governo ruandês, embora este número fosse considerado demasiado elevado. As autoridades em Kigali, apoiadas por certos governos ocidentais, insistiam que os números do ACNUR em relação aos residentes nos campos no Zaire (cerca de 1 milhão e 100 mil) estavam fortemente empolados. Com o apoio da AFDL, defendiam então que a maior parte dos refugiados já tinha regressado e, excepto os elementos armados com razões para se esconderem na floresta, já não permanecia no Zaire. Entretanto, o ACNUR e outras organizações humanitárias continuavam, em vão, a afirmar que ainda se encontravam centenas de milhar de refugiados no Zaire.

Os números relativos aos refugiados tornaram-se um assunto político vivamente debatido a nível internacional. O destacamento de uma força multinacional fora finalmente aprovado a 15 de Novembro de 1996 pela Resolução 1080 do Conselho de Segurança, o que pressupunha a existência de um número significativo de refugiados ainda no Zaire. Ora, um determinado número de governos não estava a favor desse destacamento que expunha os seus próprios soldados a riscos evidentes. No Zaire, a AFDL, apoiada pelo Ruanda, recusava inteiramente a ideia de uma força multinacional, temendo que lhe barrasse o avanço para ocidente, em direcção a Kinshasa. Afirmava não precisar da ajuda internacional para fazer voltar os “poucos” refugiados que ainda restavam.

No dia 21 de Novembro de 1996, o porta-voz da ONU em Nova Iorque anunciava, com base nos dados do ACNUR, que “ainda havia 746.000 refugiados no Zaire e que o problema não estava resolvido”. No mesmo dia, o governo ruandês emitiu um comunicado afirmando que “o número de refugiados ruandeses avançado pelas organizações internacionais era totalmente falso e enganador” e que as pessoas que caminhavam para ocidente “podiam ser zaienses ou burundeses”. O embaixador norte-americano no Ruanda, por seu lado, declarou que haveria “apenas algumas dezenas ou vintenenas de

milhar de refugiados ainda no Zaire e não os elevados números anunciados”, por sua vez, o jornal francês *Le Monde*, na sua edição de 23 de Novembro, afirmava haver ainda 800.000 refugiados no Zaire. Eram os interesses políticos que ditavam os números.²⁷

O Tenente-General Maurice Baril, que tinha sido nomeado em meados de Novembro para comandar a força multinacional no Zaire Ocidental, declarou em 21 de Novembro de 1996: “A situação é confusa e as estimativas quanto ao número de refugiados variam entre os 100.000 e os 500.000... Será necessário estar mais bem informado acerca das condições no terreno para analisar as opções militares possíveis”.²⁸ Em Goma e Bukavu e, mais tarde, em Uvira, o ACNUR emvidou grandes esforços com vista a localizar os refugiados dispersos, a criar sistemas de informação e pontos de recolha, e a transportar para o Ruanda os que o desejavam, ou seja, praticamente todos eles. O ACNUR fornecia regularmente informações aos serviços responsáveis pelo planeamento da força multinacional, mas a atenção internacional esmorece de novo. No final do ano, a força embrionária com sede no Uganda retirou-se do país. Mais uma vez, tal como acontecera nos campos no Kivu, as organizações humanitárias foram deixadas por sua conta, sem grande apoio internacional.

A operação de busca e salvamento do ACNUR

Desde o início, e contrariamente às declarações da AFDL e do governo ruandês, era evidente que muitos refugiados dos campos no Zaire tinham ido para zonas que se estendem a ocidente de Goma e Bukavu, no interior profundo do Zaire. Centenas de milhar de ruandeses permaneciam no Zaire. A maior parte fugiu em direcção a ocidente, simultaneamente protegidos e coagidos pelos sobreviventes das ex-FAR. Alguns grupos detiveram-se em zonas longínquas, continuando a andar escondidos. Outros formaram baluartes de resistência em locais como Masisi. Quando a AFDL e os seus aliados avançavam em debandada em direcção a Kinshasa, os ruandeses em fuga tornaram-se os principais alvos dos rebeldes. A FAZ encontrava-se praticamente dissolvida e a única resistência efectiva era apenas a das ex-FAR.

Milhares de ruandeses que fugiram pereceram. O seu número exacto nunca será apurado. Desde o começo que corriam boatos de massacres por parte dos rebeldes, mas eram difíceis de confirmar. Em Novembro, os jornalistas publicaram as primeiras notícias sobre massacres de refugiados. Mais tarde, as organizações não governamentais (ONG) e grupos de defesa dos direitos humanos forneceram elementos mais precisos. O ACNUR e as outras organizações humanitárias, que dispunham de informação acerca do destino dos refugiados, hesitavam entre a denúncia e o silêncio, temendo que isso representasse a inviabilização da operação de assistência. No princípio de Dezembro de 1996, o ACNUR participou numa missão conjunta em Tingi-Tingi, onde começava a afluir uma grande quantidade de refugiados. O segundo grande grupo encontrava-se em Shabunda, mais a sul.

Para chegarem aos refugiados, as organizações humanitárias dependiam da boa vontade dos rebeldes, que era fortemente condicionada por considerações estratégicas. Após morosas e penosas negociações com as autoridades da AFDL, o ACNUR e os seus parceiros estabeleceram um determinado número de pontos de recolha de refugiados. Havia o risco, contudo, de que os locais fossem utilizados pelas autoridades da AFDL

Movimentos de refugiados ruandeses e burundeses, 1994-99

Mapa 10.3



para identificarem e agruparem os refugiados em áreas longínquas. Os que conseguiam chegar aos pontos de recolha vinham da floresta em condições físicas muito precárias, aterrorizados com o deixaram para trás - os primeiros captos, os *génocidaires*, e os seus últimos detentores, os rebeldes - e por aquilo que os esperava no Ruanda. O ACNUR só foi autorizado a entrar em contacto com os refugiados quando a guerra acabou.

A queda do campo militarizado de hutu ruandeses em Tingi-Tingi, em Março de 1997, marcou um ponto de viragem na guerra. Para os rebeldes, abriu-lhes o caminho em direcção a Kisangani, a maior cidade zairense entre os Kivus e Kinshasa. Os acontecimentos que ocorreram em Kisangani, em 1997, são bem o exemplo da relação existente entre a guerra e as operações de busca e salvamento das organizações humanitárias. Em Abril, o ACNUR descobriu um grupo importante de cerca de 80.000 refugiados, em fuga, e antes que as AFDL os pudessem alcançar, ajudou-os a instalarem-se em dois acampamentos, a sul de Kisangani. Quando os rebeldes obtiveram o controlo do território, mesmo quando o ACNUR ia iniciar a ponte aérea para transportar os refugiados de volta para o Ruanda, barraram o acesso do ACNUR aos refugiados, atacaram os campos e eliminaram todos os homens que suspeitavam pertencer à oposição armada. Neste processo, intencionalmente ou não, foram mortos muitos refugiados. A localização das valas comuns foi mantida fora do alcance das organizações humanitárias.

Aos ruandeses que conseguia contactar, o ACNUR só podia oferecer-lhes a opção de regresso ao Ruanda para uma situação incerta e perigosa. Ficar no Zaire significava a morte quase certa. Nestas circunstâncias, não era possível oferecer aos refugiados qualquer outra escolha. Perante este dilema, o ACNUR chegou a pensar retirar-se, mas primou o imperativo de salvar vidas humanas. A operação de salvamento continuou até Setembro de 1997. O ACNUR organizou o transporte de camião ou de avião destes refugiados para o Ruanda. Provavelmente mais de 260.000 ruandeses foram salvos desta maneira e, destes, cerca de 60.000 por evacuação aérea. Na sequência disto, a Organização montou uma grande operação de reintegração no Ruanda para aí ajudar as centenas de milhar de retornados.

A diáspora ruandesa hutu

Muitos dos ruandeses que não foram repatriados e que não morreram na enorme movimentação em direcção ao ocidente, acabaram na outra ponta do continente, em Angola e no Congo-Brazaville. Alguns atingiram o Oceano Atlântico, tendo percorrido bem mais de 2.000 quilómetros. Muitos deles eram antigos membros da FAR e das milícias hutu que a AFDL e os seus aliados tinham procurado aniquilar nos ataques aos campos no Kivu e durante toda a guerra. Possuíam armas e chegaram em melhor condição física dos que os refugiados normais. Sabiam caminhar melhor e requisitavam veículos que lhes davam um acesso privilegiado à ajuda alimentar.

Quando a operação de salvamento acabou, o ACNUR tentou, nas entrevistas, separar estes refugiados dos *génocidaires*. Uma vez mais, isto revelou-se praticamente impossível. Em 1997, o destino dos refugiados estava de tal maneira ligado ao dos elementos armados que se encontravam no meio deles que era impraticável separá-los. Em 1999, o ACNUR retomou o repatriamento dos refugiados ruandeses que tinham conseguido

sobreviver e se mantinham na parte oriental da República Democrática do Congo. Regressaram nesse ano mais de 35.000 pessoas. Os grupos armados ruandeses que permaneciam fora do país tornaram-se numa ameaça menor, ainda que constante, para o Ruanda. Muitos seguiram o exemplo de outros exércitos vencidos da África Central e tornaram-se mercenários. Outros encontraram ocupação noutros conflitos, por exemplo, em Angola ou no Congo-Brazaville. Muitos continuaram a combater na República Democrática do Congo, quando a guerra rebentou de novo, em 1998.²⁹

Uma nova fase da guerra congoleza

Em Agosto de 1998, parecia que os governos do Ruanda e do Uganda já não apoiavam o Presidente Kabila da República Democrática do Congo. A coligação de países africanos que, até então, o apoiava dividira-se em dois: um primeiro grupo, liderado por Angola e pelo Zimbabué, ainda o apoiavam, ao passo que o outro, liderado pelo Ruanda e pelo Uganda, queria agora vê-lo destituído. A crise cujo epicentro era no Ruanda e no Burundi estava a transformar-se num conflito mais vasto centrado na República Democrática do Congo. Esta nova guerra tinha as suas raízes na guerra civil congoleza que provocara a queda do Presidente Mobutu e nas tensões não resolvidas na vasta região dos Grandes Lagos. Com a queda de Mobutu, a guerra evoluiu, transformando-se numa batalha pelo controlo do país e das suas riquezas naturais. Estão envolvidos nesta guerra os exércitos de seis países e vários outros grupos armados não estatais. O preço em matéria de sofrimento humano continua a aumentar. No final de 1999, estimava-se em mais de um milhão o número de pessoas deslocadas.

Esta nova fase da guerra confirma as tendências anteriores no que diz respeito ao envolvimento internacional na região. Os países africanos que fazem fronteira com a República Democrática do Congo, e alguns mais, não hesitaram em intervir a fim de defenderem os seus interesses estratégicos. Entretanto, em perfeito contraste com as crises no Kosovo e em Timor Leste, em 1999, a comunidade internacional, em sentido lato, tem-se mostrado relutante em intervir. A incapacidade em parar o genocídio no Ruanda em 1994, em impedir a militarização dos campos de refugiados em Goma entre 1994 e 1996, e em fazer um acompanhamento efectivo dos refugiados hutu ruandeses dispersos no Zaire, protegendo-os e ajudando-os, demonstrou que se as guerras civis e as deslocações humanas não forem imediatamente atacadas, as consequências a longo prazo podem ser catastróficas.

O genocídio de Abril de 1994 constitui um acontecimento determinante na história recente da região e podia ter sido evitado. O facto de ter acontecido foi uma consequência de décadas de oportunidades desperdiçadas. Pior ainda, não foram ainda sanadas as consequências do desastre que custou dezenas, talvez centenas, de milhar de vidas - pelas armas, pela doença ou pela fome durante os combates de 1996-97. O Presidente Mobutu desapareceu, mas a República Democrática do Congo não é ainda um Estado em pleno funcionamento. O estatuto e a nacionalidade dos banyarwanda na região do Kivu continuam por resolver. A situação da segurança no Ruanda continua instável, tal como no Burundi. O antagonismo entre os hutu e os tutsi perdura.

Na África Central, as organizações humanitárias foram apanhadas no meio de fenó-

menos políticos de longa data, marcados por um elevado grau de violência e de coação. Um conflito deste tipo e as suas consequências em termos de movimentos de população são qualquer coisa que estas organizações não podem prever ou controlar eficazmente. Para remediar os efeitos da violência, diversas organizações, como o ACNUR, viam-se obrigadas a negociar com os grupos armados que davam mostras de grande sofisticação política e de uma capacidade tremenda de manipulação das populações sob seu controle. Muitas vezes, as organizações humanitárias encontravam-se sozinhas na frente da batalha, enquanto o resto da comunidade internacional se mantinha na retaguarda. Só com uma resposta internacional mais bem orquestrada, integrando o processo de manutenção da paz e exercendo pressão diplomática no quadro da assistência humanitária, se pode esperar melhorar as falhas da última década.

- 21 ONU, "The Fall of Srebrenica, Report of the Secretary-General Pursuant to General Assembly Resolution 53/55", Doc. ONU A/54/549, 15 de Novembro de 1999, (daqui em diante "Relatório ONU sobre Srebrenica") § 499.
- 22 W. Van Hovell, "New Concepts of Protection in Conflict: "Safe Keeping" Interventions in Iraq, Bosnia and Rwanda", documento de pesquisa interna do ACNUR, Julho de 1995. Ver também, K. Landgren, "Safety Zones and International Protection: A Dark Grey Area", *International Journal of Refugee Law*, vol. 7, n° 3, pág. 436-58.
- 23 Relatório ONU sobre Srebrenica, § 502.
- 24 Relatório ONU sobre Srebrenica, § 9. Ver também D. Rohde, *Endgame: The Betrayal and Fall of Srebrenica, Europe's Worst Massacre since World War II*, Farra, Straus, Giroux, 1998.
- 25 Relatório ONU sobre Srebrenica, § 3.
- 26 Secretário-Geral da ONU, "Further Report Pursuant to Security Council Resolution 749 (1992)", Doc. ONU S/23900, 12 de Maio de 1992.
- 27 M. Cutts, "The Humanitarian Operation in Bosnia, 1992-1995: Dilemmas of Negotiation Humanitarian Access", Documento de Trabalho do ACNUR n° 8, Genebra, Maio de 1999.
- 28 C. Thornberry, "Peacekeepers, Humanitarian Aid and Civil Conflicts", em J. Whitman e D. Pocock (eds), *After Rwanda: The Coordination of United Nations Humanitarian Assistance*, Macmillan, Basingstoke, 1996, pág. 226-44.
- 29 Acordo de Paz de Dayton, Anexo VII, Artigo I.2.
- 30 Alta Comissária Ogata, "Paz, Segurança e Acção Humanitária" Palestra proferida no Instituto Internacional para Estudos Estratégicos em memória de Alastair Buchan, Londres, 3 de Abril de 1997, incluída na publicação conjunta da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e ACNUR – Lisboa "O Novo Regime Jurídico em Portugal", 31 de Agosto de 1997, também disponível na internet www.cidadevirtual.pt/acnur.
- 31 J. Sharp, "Dayton Report Card", *International Security*, vol. 22, n° 3, pág. 101-37.
- 32 Alta Comissária Ogata, comunicação para o Conselho de Implementação da Paz, Madrid, 15 de Dezembro de 1998.
- 33 Para uma descrição do processo de regresso entre 1996 e 1999, ver também os seguintes relatórios do International Crisis Group, "Going Nowhere Fast: Refugees and Displaced Persons in Bosnia and Herzegovina", 1 de Maio de 1997, "Minority Returns or Mass Relocation", 14 de Maio de 1998 e "Preventing Minority Return in Bosnia and Herzegovina: The Anatomy of Hate and Fear", 2 de Agosto de 1999.
- 34 International Crisis Group, "Bosnia's Refugee Logjam Breaks: Is the International Community Ready?", Relatório Balcãs n° 95, 30 de Maio de 2000.
- 35 A. Roberts, "NATO's Humanitarian War", *Survival*, vol. 41, n° 3, 1999.
- 36 Gabinete das Instituições Democráticas e Direitos Humanos da OSCE, *Kosovo/Kosova, As Seen As Told: an Analysis of the Human Rights Findings of the OSCE Kosovo Verification Mission, October 1998 to June of 1999*, vol. 1, OSCE/ODIHR, Varsóvia, Novembro de 1999.
- 37 Estes números referem-se aos que fugiram entre 24 de Março, quando começou a campanha aérea da NATO, e 12 de Junho de 1999.
- 38 A. Suhrke et. al. *The Kosovo Refugee Crisis: An Independent Evaluation of UNHCR's Preparedness and Emergency Response*, Genebra, Fevereiro de 2000, disponível em <http://www.unhcr.ch>.
- 39 Correspondência entre a Alta Comissária Ogata e o Secretário-Geral da NATO, 2 e 3 de Abril de 1999.
- 40 Entrevista em Dezembro de 1999 com I. Khan, ex-Coordenador do ACNUR da Situação de Emergência na Macedónia.
- 41 Alta Comissária Ogata, Observações introdutórias, Colóquio sobre a Globalização das Crises de Refugiados – Um Desafio para o Século XXI, Bruxelas, 20 de Maio de 1999.
- 42 Relatório ONU sobre Srebrenica, § 502.
- 43 Ver, por exemplo, Alta Comissária Ogata, "Half a Century on the Humanitarian Frontlines", comunicação, Instituto de Altos Estudos Internacionais, Genebra, 25 de Novembro de 1999.

Caixa 9.1

- 1 Secretário-Geral, "Renewing the United Nations: A Programme for Reform", 14 de Julho de 1997, Doc. ONU A/51/950.
- 2 R. Cohen e F.M. Deng, *Masses in Flight: The Global Crisis of Internal Displacement*, Brookings Institution, Washington DC, 1998.
- 3 ACNUR, "Internally Displaced Persons: The Role of the United Nations High Commissioner for Refugees", 6 de Março de 2000.

Caixa 9.2

- 1 G. Defert, *Timor-est – Le génocide oublié: Droit d'un peuple et raisons d'état*, Editions Harmattan, Paris, 1992, pág. 147-51, fig. 5.
- 2 Assembleia Geral, "Situation of Human Rights in East Timor", Nota redigida pelo Secretário-Geral, Doc. ONU A/54/660, 10 de Dezembro de 1999, § 37.

Capítulo 10

- 1 Nações Unidas, 'Report of the Independent Inquiry into the Actions of the United Nations during the 1994 Genocide in Rwanda', Nova Iorque, 15 de Dezembro de 1999, disponível em http://www.un.org/News/ossg/rwanda_report.htm.
- 2 Ver na generalidade, G. Prunier, *The Rwanda Crisis: History of a Genocide*, Hurst and Co., Londres, 1995; G. Prunier, 'The Geopolitical Situation in the Great Lakes Area in Light of the Kivu Crisis', *Refugee Survey Quarterly*, vol. 16, n° 1, 1997, pág. 1-25; African Rights, *Rwanda: Death, Despair, Defiance*, African Rights, Londres, 1994; Human Rights Watch Africa, *Leave None to Tell the Story*, Human Rights Watch, Nova Iorque, 1999; P. Gourevitch, *We Wish To Inform You That Tomorrow We Will Be Killed With Our Families*, Picador, Nova Iorque, 1999.
- 3 ACNUR, Unidade Especial para o Ruanda e Burundi, reunião informativa, Genebra, 16 de Novembro de 1994.
- 4 Carta da Alta Comissária S. Ogata para o Secretário-Geral da ONU B. Boutros-Ghali, 18 de Julho de 1994, Arquivo particular da Alta Comissária.
- 5 Avaliação Conjunta da Assistência de Emergência ao Ruanda, *The International Response to Conflict and Genocide: Lessons from the Rwanda Experience, Study 3: Humanitarian Aid and Effects*, Copenhaga, Março de 1996, pág. 68-86.
- 6 Carta da Alta Comissária S. Ogata para o Secretário-Geral da ONU Boutros-Ghali, 30 de Agosto de 1994, Arquivo particular da Alta Comissária.

- 7 Memorando dos Partidos Políticos Zairenses (UDPS, PDSC) para o ACNUR, 28 de Outubro de 1994
- 8 Carta de J. Boutroue para K. Morjane, 21 de Novembro de 1994.
- 9 Projecto do Human Rights Watch Arms, *Rwanda/Zaire: Rearming with Impunity—International Support for the Perpetrators of the Rwandan Genocide*, Human Rights Watch, Nova Iorque, Maio de 1995.
- 10 Ver na generalidade, Nações Unidas, 'Report of the Independent Inquiry'; Human Rights Watch, *Leave None to Tell*, pág. 668–691; African Rights, *Rwanda: Death Despair and Defiance*, pág. 1138–1154; Commission de la Défense nationale et des forces armées et Commission des affaires étrangères de l'Assemblée nationale française, 'Les opérations militaires menées par la France, d'autres pays et l'ONU au Rwanda entre 1990 et 1994', Paris, 15 de Dezembro de 1998, disponível em <http://www.assembleenationale.fr/9/9recherche.html>.
- 11 Carta da Alta Comissária S. Ogata para o Secretário-Geral da ONU Boutros-Ghali, 24 de Outubro de 1994, Arquivo particular da Alta Comissária.
- 12 Carta da Alta Comissária Ogata para o Primeiro-Ministro do Zaire Kengo Wa Dondo, 12 de Abril de 1996.
- 13 ACNUR, 'Goma Situation Report no. 19, 15 Jan./15 Feb. 1995', 20 de Fevereiro de 1995, OPS 16 COD, 'Sitrep Zaire: Bukavu, Goma, Uvira, août 1994–juillet 1996', F/HCR 19/7.
- 14 ACNUR, 'Goma Situation Report no. 22', 19 de Abril 1995, loc. cit.
- 15 J. Boutroue, 'Missed Opportunities: The Role of the International Community in the Return of the Rwandan Refugees from Eastern Zaire', Documento de Trabalho nº 1, Inter-University Committee on International Migration, Massachusetts Institute of Technology, Center for International Studies, Cambridge MA, Junho de 1998, pág. 19; S. Lautze, B. D. Jones, M. Duffield, 'Strategic Humanitarian Coordination in the Great Lakes Region, 1996–97: An Independent Assessment', ACNUR, Genebra, Março de 1998.
- 16 Ver, J. C. Willame, *Banyarwanda et Banyamulenge*, Editions L'Harmattan/CEDAF, Paris/Bruxelas, 1997.
- 17 Fax de A. Liria-Franch para K. Morjane/W. R. Urasa, 12 de Abril de 1996, 1996 Rwanda Masisi 1, F/HCR 19/7.
- 18 Carta da Alta Comissária S. Ogata para o Secretário-Geral da ONU Boutros-Ghali, 9 de Maio de 1996, 1996 Rwanda Masisi 1, F/HCR 19/7.
- 19 Alta Comissária Ogata, comunicação de abertura, Comité Executivo do ACNUR, 47ª sessão, Genebra, 7 de Outubro de 1996, ExCom 1 de Agosto de 1994–Dezembro de 1997, F/HCR 19/7 ou Doc. ONU A/AC.96/878, Anexo II.
- 20 D. McNamara, Director da Divisão de Protecção Internacional do ACNUR, 'Statement to Subcommittee on International Operations and Human Rights of US House of Representatives Committee on International Relations, hearing on "Rwanda: Genocide and the Continuing Cycle of Violence"', 5 de Maio de 1998, Director's Chron. 1998, F/HCR 17.
- 21 *The Guardian* (Dar es Salaam), 26 de Novembro de 1996.
- 22 A. Sokiri, Representante do ACNUR em Dar es Salaam, para S. Vieira de Mello, Assistente da Alta Comissária, et al., 27 de Novembro de 1996, anexando 'Note for the File: Meeting with Col. Magere', Rwanda 1994–96 REPTAN 1, F/HCR 19/7.
- 23 Notas para a comunicação de S. Vieira de Mello, 'The Humanitarian Situation in the Great Lakes Region', na Comissão Permanente do Comité Executivo, 30 de Janeiro de 1997, EXCOM 1 de Agosto de 1994–Dezembro de 1997, F/HCR 19/7.
- 24 Fax do ACNUR, 'Message to all Rwandese Refugees in Tanzania from the Government of the United Republic of Tanzania and the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees', 5 de Dezembro de 1996, transmitido por L. Kotsalainen, Representante Adjunto na Tanzânia, para S. Vieira de Mello et al., Sede do ACNUR, MAHIGA-TANZANIA–3, F/HCR 19/7.
- 25 Comunicado de imprensa da Amnistia Internacional, 'Rwanda: Human Rights Overlooked in Mass Repatriation', Secretariado Internacional, Londres, 14 de Janeiro de 1997; Amnistia Internacional, 'Tanzania: Refugees Should Not be Returned to Near Certain Death', Londres, 20 de Janeiro de 1997; Amnistia Internacional, 'Great Lakes Region: Still in Need of Protection—Repatriation, Refoulement and the Safety of Refugees and the Internally Displaced', Londres, 24 de Janeiro de 1997; Human Rights Watch, 'Uncertain Refuge: International Failures to Protect Refugees', Nova Iorque, Abril de 1997, pág. 4; Human Rights Watch, 'Tanzania: In the Name of Security—Forced Round-ups of Refugees in Tanzania', Nova Iorque, Julho de 1999.
- 26 Rede Regional Integrada de Informação (IRIN), *Information Bulletin no. 29*, 18 de Novembro de 1996.
- 27 Departamento da ONU dos Assuntos Humanitários, Rede Regional Integrada de Informação, 'IRIN Update 50 on Eastern Zaire', 6 de Dezembro de 1996.
- 28 C. Correy, despacho da US Information Agency, 22 de Novembro de 1996.
- 29 F. Reyntjens, *La guerre des Grands Lacs*, L'Harmattan, Paris, 1999; J.-C. Willame, *L'Odyssee Kabila*, Karthala, Paris, 1999.

Caixa 10.3

- 1 Departamento de Informação Pública das Nações Unidas, "Mission Backgrounder", *United Nations Operation in Somalia I*, 21 de Março de 1997. Ver também M. Sahnoun, *Somalia: The Missed Opportunities*, United States Institute of Peace, Washington DC, 1994; I. Lewis e J. Mayall, "Somalia", em J. Mayall (ed.), *The New Interventionism 1991-1994: United Nations Experience in Cambodia, Former Yugoslavia and Somalia*, Cambridge University Press, Cambridge, 1996, pág. 108-9.
- 2 *Economist*, 28 de Agosto de 1999.

Caixa 10.4

- 1 P. Richards, *Fighting for the Rain Forest: War, Youth and Resources in Sierra Leone*, James Currey, Oxford, 1996.

Capítulo 11

- 1 J. Morrison, "The Trafficking and Smuggling of Refugees: The End Game in European Asylum Policy?", relatório para o Grupo de avaliação e análise de política geral do ACNUR, Genebra, Julho de 2000, disponível em <http://www.unhcr.ch>.